

# **InterCement Brasil S.A. e Controladas**

Demonstrações Financeiras  
Referentes ao Exercício Findo em  
31 de Dezembro de 2016 e  
Relatório dos Auditores Independentes  
sobre as Demonstrações Financeiras

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

## RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da  
InterCement Brasil S.A.  
São Paulo – SP

### **Opinião**

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da InterCement Brasil S.A (Companhia), identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais práticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Companhia em 31 de dezembro de 2016, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatórios financeiros (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.

### **Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas**

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

A Deloitte refere-se a uma ou mais entidades da Deloitte Touche Tohmatsu Limited, uma sociedade privada, de responsabilidade limitada, estabelecida no Reino Unido ("DTTL"), sua rede de firmas-membro, e entidades a ela relacionadas. A DTTL e cada uma de suas firmas-membro são entidades legalmente separadas e independentes. A DTTL (também chamada "Deloitte Global") não presta serviços a clientes. Consulte [www.deloitte.com/about](http://www.deloitte.com/about) para obter uma descrição mais detalhada da DTTL e suas firmas-membro.

A Deloitte oferece serviços de auditoria, consultoria, assessoria financeira, gestão de riscos e consultoria tributária para clientes públicos e privados dos mais diversos setores. A Deloitte atende a quatro de cada cinco organizações listadas pela Fortune Global 500®, por meio de uma rede globalmente conectada de firmas-membro em mais de 150 países, trazendo capacidades de classe global, visões e serviços de alta qualidade para abordar os mais complexos desafios de negócios dos clientes. Para saber mais sobre como os cerca de 225.000 profissionais da Deloitte impactam positivamente nossos clientes, conecte-se a nós pelo Facebook, LinkedIn e Twitter.

**Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras ou atividades de negócio da Companhia e de suas controladas para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria da Companhia e de suas controladas e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 10 de março de 2017

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU  
Auditores Independentes



DELOITTE TOUCHE TOHMATSU  
Auditores Independentes  
CRC nº 2 SP 011609/O-8



Roberto Torres dos Santos  
Contador  
CRC nº 1 SP 219663/O-3

INTERCEMENT BRASIL S.A. E CONTROLADAS

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DEZEMBRO DE 2016 E 31 DE DEZEMBRO DE 2015

(Em milhares de reais - R\$)

ATIVO	Nota explicativa	Controladora		Consolidado		PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31.12.2016	31.12.2015	31.12.2016	31.12.2015			31.12.2016	31.12.2015		
ATIVO CIRCULANTE						PASSIVO CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	4	600.379	926.420	774.541	1.074.711	Fornecedores		151.442	182.702	567.485	645.446
Títulos e valores mobiliários	5	146.535	72.094	146.535	72.434	Debêntures	13	419.231	-	419.231	1.585
Contas a receber de clientes	6	173.967	167.234	306.438	350.212	Empréstimos e financiamentos	12	35.890	37.625	456.089	488.997
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	6	(29.903)	(31.895)	(34.793)	(36.073)	Juros a pagar	12 e 13	194.516	195.732	211.066	217.913
Estoques	7	510.427	594.802	863.541	954.077	Impostos e obrigações a pagar		104.365	95.813	150.717	121.768
Impostos a recuperar	8	60.951	140.689	81.828	143.387	Salários e encargos sociais		53.790	61.096	131.999	140.528
Outros créditos		80.026	95.095	83.486	194.714	Dividendos e juros sobre o capital próprio		-	-	8.013	907
Total do ativo circulante		<u>1.542.382</u>	<u>1.964.439</u>	<u>2.221.576</u>	<u>2.753.462</u>	Adiantamentos de clientes		8.177	8.811	30.168	31.196
ATIVO NÃO CIRCULANTE						Partes relacionadas	17	453.834	644.715	429.649	512.690
Títulos e valores mobiliários	5	7.154	6.955	10.069	10.036	Outras obrigações		<u>88.555</u>	<u>324.761</u>	<u>82.651</u>	<u>323.016</u>
Contas a receber de clientes	6	4.724	5.234	20.971	5.401	Total do passivo circulante		<u>1.509.800</u>	<u>1.551.255</u>	<u>2.487.068</u>	<u>2.484.046</u>
Partes relacionadas	17	313.433	55.464	313.433	55.464	PASSIVO NÃO CIRCULANTE					
Estoques	7	6.745	7.751	42.935	59.867	Debêntures	13	2.099.663	2.695.536	2.099.663	2.695.536
Impostos a recuperar	8	80.253	22.697	99.259	57.679	Empréstimos e financiamentos	12	516.328	252.692	985.857	778.033
Depósitos judiciais		68.502	58.058	68.502	58.058	Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	14	52.085	52.243	64.693	68.539
Dividendos a receber	17	-	16.527	-	-	Provisão para reconstituição ambiental	15	62.538	63.405	74.795	79.558
Outros créditos		71.595	33.197	76.245	42.090	Impostos e obrigações a pagar		20.099	21.303	20.322	22.202
Propriedade para Investimentos		25.588	-	25.588	-	Imposto de renda e contribuição social diferidos	19	212.882	241.456	273.104	327.046
Investimentos:						Outras obrigações		<u>7.673</u>	<u>7.329</u>	<u>56.279</u>	<u>65.496</u>
Em controladas	9	1.202.150	1.519.731	-	-	Total do passivo não circulante		<u>2.971.268</u>	<u>3.333.964</u>	<u>3.574.713</u>	<u>4.036.410</u>
Em operações controladas em conjunto	9	-	8.572	-	8.572	PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Outros	9	498	703	7.859	11.500	Capital social	18	2.138.292	2.138.292	2.138.292	2.138.292
Imobilizado	10	2.934.524	3.120.578	4.064.016	4.484.324	Reserva de capital		398.711	140.194	398.711	140.194
Intangível:						Reservas de lucros		277.550	277.550	277.550	277.550
Ágio	11	301.312	301.312	1.274.986	1.278.768	Ajustes de avaliação patrimonial		(223.542)	(78.388)	(223.542)	(78.388)
Outros intangíveis	11	<u>153.641</u>	<u>155.927</u>	<u>168.583</u>	<u>174.314</u>	Prejuízo acumulados		<u>(359.578)</u>	<u>(85.722)</u>	<u>(359.578)</u>	<u>(85.722)</u>
Total do ativo não circulante		<u>5.170.119</u>	<u>5.312.706</u>	<u>6.172.446</u>	<u>6.246.073</u>	Patrimônio líquido atribuível a proprietários da controladora		2.231.433	2.391.926	2.231.433	2.391.926
						Participação não controladora		-	-	100.808	87.153
						Total do patrimônio líquido		2.231.433	2.391.926	2.332.241	2.479.079
TOTAL DO ATIVO		<u>6.712.501</u>	<u>7.277.145</u>	<u>8.394.022</u>	<u>8.999.535</u>	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		<u>6.712.501</u>	<u>7.277.145</u>	<u>8.394.022</u>	<u>8.999.535</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

INTERCEMENT BRASIL S.A. E CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO  
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E DE 2015  
(Em milhares de reais - R\$, exceto o lucro por ação)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31.12.2016	31.12.2015	31.12.2016	31.12.2015
RECEITA LÍQUIDA	20	2.019.774	2.992.952	4.488.351	5.977.936
CUSTO DAS VENDAS E DOS SERVIÇOS	21	(1.770.228)	(2.273.603)	(3.576.030)	(4.520.744)
LUCRO BRUTO		<u>249.546</u>	<u>719.349</u>	<u>912.321</u>	<u>1.457.192</u>
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS					
Despesas administrativas e comerciais	21	(420.028)	(502.441)	(601.000)	(704.964)
Equivalência patrimonial	9	113.863	125.604	(585)	15.805
Outras receitas (despesas) operacionais	21	44.360	87.752	70.807	127.223
(PREJUÍZO) LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		<u>(12.259)</u>	<u>430.264</u>	<u>381.543</u>	<u>895.256</u>
RESULTADO FINANCEIRO					
Variação cambial	22	13.503	(270.332)	(42.330)	(415.946)
Receitas financeiras	22	98.818	167.218	113.977	181.665
Despesas financeiras	22	(572.285)	(507.706)	(828.870)	(758.485)
PREJUÍZO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		<u>(472.223)</u>	<u>(180.556)</u>	<u>(375.680)</u>	<u>(97.510)</u>
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	19	189.255	98.052	127.236	5.602
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO		<u>(282.968)</u>	<u>(82.504)</u>	<u>(248.444)</u>	<u>(91.908)</u>
PREJUÍZO ATRIBUÍDO A					
Participação controladora		(282.968)	(82.504)	(282.968)	(82.504)
Participação não controladora		-	-	34.524	(9.404)
PREJUÍZO POR AÇÃO					
Básico/diluído por ação ON - R\$	24	<u>(71.764,65)</u>	<u>(20.924,17)</u>	<u>(71.764,65)</u>	<u>(20.924,17)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

INTERCEMENT BRASIL S.A. E CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE  
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO 2016 E DE 2015  
(Em milhares de reais - R\$)

---

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31.12.2016	31.12.2015	31.12.2016	31.12.2015
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO		(282.968)	(82.504)	(248.444)	(91.908)
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES					
Itens que serão reclassificados subsequentemente para o resultado:					
Diferenças cambiais na conversão de operações no exterior	9	(133.019)	1.195	(149.608)	1.118
Itens reclassificados para o resultado do exercício:					
Diferenças cambiais na conversão de operações no exterior		(3.023)	-	(3.023)	-
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO EXERCÍCIO		<u>(419.010)</u>	<u>(81.309)</u>	<u>(401.075)</u>	<u>(90.790)</u>
RESULTADO ABRANGENTE ATRIBUÍVEL A					
Participação controladora		(419.010)	(81.309)	(419.010)	(81.309)
Participação não controladora		-	-	17.935	(9.481)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

---

INTERCEMENT BRASIL S.A. E CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO  
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E DE 2015

(Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Capital social	Reserva de capital	Reservas de lucros			Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros (Prejuízos) acumulados	Atribuível a proprietários da controladora	Participação não controladora	Total do patrimônio líquido
				Legal	Incentivos fiscais	Investimentos					
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014		2.123.522	57.707	159.931	117.619	171.712	(83.392)	-	2.547.099	81.562	2.628.661
Prejuízo do exercício		-	-	-	-	-	-	(82.504)	(82.504)	(9.404)	(91.908)
Ganhos com alienação de participação em controlada	1	-	82.487	-	-	-	-	-	82.487	11.737	94.224
Outros resultados abrangentes		-	-	-	-	-	1.195	-	1.195	(77)	1.118
Realização do custo atribuído de ativo imobilizado		-	-	-	-	-	3.809	(3.809)	-	-	-
Aumento de capital		14.770	-	-	-	(14.770)	-	-	-	737	737
Distribuição de dividendos de anos anteriores		-	-	-	-	(156.942)	-	-	(156.942)	(52)	(156.994)
Prescrição de Dividendos		-	-	-	-	-	-	591	591	-	591
Transações com acionistas, registradas diretamente no patrimônio líquido		-	-	-	-	-	-	-	-	2.650	2.650
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015		2.138.292	140.194	159.931	117.619	-	(78.388)	(85.722)	2.391.926	87.153	2.479.079
Prejuízo do exercício		-	-	-	-	-	-	(282.968)	(282.968)	34.524	(248.444)
Ganhos com alienação de participação em controlada	1	-	258.517	-	-	-	-	-	258.517	598	259.115
Outros resultados abrangentes		-	-	-	-	-	(136.042)	-	(136.042)	(16.589)	(152.631)
Realização do custo atribuído de ativo imobilizado		-	-	-	-	-	(9.112)	9.112	-	-	-
Dividendos propostos		-	-	-	-	-	-	-	-	(4.878)	(4.878)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016		2.138.292	398.711	159.931	117.619	-	(223.542)	(359.578)	2.231.433	100.808	2.332.241

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



INTERCEMENT BRASIL S.A. E CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA  
PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E DE 2015  
(Em milhares de reais - R\$)

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2016	31.12.2015	31.12.2016	31.12.2015
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>				
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(472.224)	(180.556)	(375.680)	(97.510)
Ajustes para reconciliar o prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social com o caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais:				
Depreciação, amortização e exaustão	263.667	238.464	424.238	409.148
Resultado de equivalência patrimonial	(113.863)	(125.604)	586	(15.805)
Reversão de provisões para perdas eventuais, líquidas	17.265	11.490	25.972	20.389
Juros, encargos provisionados e variações cambiais	474.195	691.141	723.092	961.482
Ganho na venda de ativo imobilizado	(39.476)	(94.902)	(39.475)	(94.902)
Baixa de ativo imobilizado	2.866	4.802	3.296	4.843
Redução (aumento) nos ativos operacionais:				
Partes relacionadas	(14.718)	(2.345)	1.813	(3.169)
Contas a receber de clientes	(12.130)	27.053	(62.552)	(19.892)
Estoques	85.753	18.733	(22.150)	(47.886)
Impostos a recuperar	22.470	28.053	26.253	27.671
Dividendos recebidos	189.588	35	-	-
Outros créditos	(8.549)	(75.916)	16.262	(140.804)
Aumento (redução) nos passivos operacionais:				
Partes relacionadas	28.200	(32.406)	(10.882)	(38.643)
Fornecedores	(60.650)	(23.861)	(42.971)	76.271
Salários e férias a pagar	(14.567)	(4.071)	10.219	7.603
Outras obrigações e contas a pagar	(3.703)	(2.066)	(6.238)	11.990
Impostos e obrigações a pagar	7.925	(7.161)	(1.457)	(26.939)
	352.049	470.883	670.326	1.033.847
Imposto de renda e contribuição social pagos	-	(682)	(41.277)	(61.393)
Juros pagos	(480.629)	(421.887)	(637.085)	(585.033)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais	(128.580)	48.314	(8.036)	387.421
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>				
Aplicações em títulos e valores mobiliários, líquidas	(47.512)	171.312	(47.224)	171.322
Aquisição de imobilizado	(141.661)	(146.443)	(306.058)	(265.075)
Adições ao intangível	(945)	(5.300)	(4.002)	(8.383)
Aumento do investimento	(7.450)	(1.938)	-	(432)
Resgate (pagamento) de swap	-	131.146	-	131.146
Recebimento pela venda de ativo imobilizado	18.248	114.630	18.248	114.630
Caixa oriundo da incorporação	7.300	-	-	-
Recebimento pela venda de investimento	266.477	78.124	266.477	78.124
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimento	94.457	341.531	(72.559)	221.332
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>				
Aumento de capital	-	-	(2.048)	737
Captação de empréstimos, financiamentos e debêntures	297.597	703	675.684	364.085
Pagamentos de empréstimos, financiamentos e debêntures	(218.919)	(168.131)	(481.521)	(727.162)
Pagamento de juros sobre o capital próprio e dividendos	-	(156.944)	(15.555)	(156.950)
Partes relacionadas	(308.684)	(20.212)	(308.684)	(20.212)
Outros Instrumentos	-	240.769	-	240.769
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	(230.006)	(103.815)	(132.124)	(298.733)
<b>AUMENTO (REDUÇÃO) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>	<b>(264.129)</b>	<b>286.030</b>	<b>(212.719)</b>	<b>310.020</b>
<b>VARIAÇÃO CAMBIAL DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>	<b>(61.912)</b>	<b>-</b>	<b>(87.451)</b>	<b>24.416</b>
<b>CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO INÍCIO DO EXERCÍCIO</b>	<b>926.420</b>	<b>640.387</b>	<b>1.074.711</b>	<b>740.275</b>
<b>CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO FIM DO EXERCÍCIO</b>	<b>600.379</b>	<b>926.420</b>	<b>774.541</b>	<b>1.074.711</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## INTERCEMENT BRASIL S.A. E CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E DE 2015  
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

---

### 1. CONTEXTO OPERACIONAL

A InterCement Brasil S.A. ("Companhia") está domiciliada na Avenida das Nações Unidas, 12.495, 13º andar, na cidade de São Paulo, no Estado de São Paulo, Brasil. A Companhia tem como controladoras a Cauê Áustria Holding GmbH e a Cimpor Inversiones S.A., com participação no seu capital de 56,78% e 43,22%, respectivamente.

O Grupo InterCement Brasil possui 26 fábricas de cimento (16 localizadas no Brasil, 9 na Argentina e 1 no Paraguai), 43 usinas de concreto (34 localizadas no Brasil e 9 na Argentina) e 3 unidades de agregados (2 localizadas no Brasil e 1 na Argentina). Adicionalmente, a Companhia possui participações societárias em geradoras de energia elétrica na modalidade de autoprodutor e sua controlada Loma Negra C.I.A.S.A. ("Loma Negra") possui o controle na Yguazu Cements S.A. ("Yguazu"), sociedade paraguaia que opera na fabricação, moagem, importação e comercialização de cimento.

Em 31 de dezembro de 2016, as demonstrações financeiras consolidadas apresentam capital circulante líquido negativo no montante de R\$232.241, sendo principalmente em decorrência de passivos com partes relacionadas de outras empresas do Grupo InterCement, os quais são eliminados nas demonstrações financeiras da controladora final "InterCement Participações S.A.". Caso esse valor seja desconsiderado da análise, pois uma parte desses passivos estão sob controle de seus controladores, o capital circulante líquido seria positivo em R\$288.530.

#### Consolidação

As informações consolidadas incluem as seguintes controladas e operações em conjunto:

	2016		2015	
	Participação - %		Participação - %	
	Direta	Indireta	Direta	Indireta
Controladas:				
Cauê Finance Limited	100,00	-	100,00	-
Neogera Investimentos em Inovação Ltda.(a)	100,00	-	98,75	1,25
Estreito Participações S.A.	100,00	-	100,00	-
Machadinho Participações S.A. (b)	81,30	-	100,00	-
Barra Grande Participações S.A. (d)	81,09	-	100,00	-
Inversiones Rios Primeira Limitada	99,99	-	99,99	-
Loma Negra C.I.A. S.A. (e)	99,44	-	91,37	8,07
Cofesur S.A.	-	97,10	-	97,10
Recycomb S.A.	-	100,00	-	99,45
Yguazu Cements S.A. (f)	-	51,00	16,00	34,81
CCCimentos Participações Ltda. (g)	-	-	99,82	-
Companhia Camargo Corrêa Energia (h)	-	-	99,99	0,01
Transviária Logística e Transportes Ltda. (i)	-	-	98,56	1,44
Operação em conjunto-				
BAESA - Energética Barra Grande S.A. (c)	-	9,00	-	9,00
Camargo Corrêa Escom Cement B.V.	50,10	-	50,10	-
Consórcios:				
Consórcio Estreito Energia - CESTE	4,44	-	4,44	-
Consórcio Machadinho (b)	-	5,28	5,28	-

- (a) Em 15 de agosto de 2016, a Companhia passou a ser controladora integral da Neogera Investimentos em Inovação Ltda, por meio de cessão de quotas efetuado pela controlada CCCimentos Participações.
- (b) Em 22 de abril de 2015, foi constituída a Machadinho Participações S.A. ("Machadinho"), que tem por objeto social a participação em outras empresas. Em 28 de julho de 2016, a Companhia aumentou seu capital, mediante a conferência de 5,28% dos ativos e passivos detidos no Consórcio Machadinho, no montante de R\$30.795, além da contribuição em moeda nacional de R\$1.000. Com o referido aumento de capital, a controlada Machadinho passou a ter 31.795.658 ações, sendo 25.849.870 ações ordinárias e 5.945.788 ações preferenciais, sem direito a voto, mas com prioridade na distribuição de dividendos.

Em 16 de dezembro de 2016, a Companhia alienou a totalidade das ações preferencias de sua controlada Machadinho, equivalente a 18,70% de participação acionária, pelo montante de R\$249.650 conforme descrito nas notas explicativas nº 2.21 e 18. Referida operação gerou um ganho líquido de R\$147.039, já deduzido do imposto de renda e da contribuição social, registrado no patrimônio líquido

- (c) A BAESA – Energética Barra Grande.S.A ("BAESA") é uma sociedade constituída com o propósito específico ("SPE") de construir, operar, manter, administrar e explorar o aproveitamento hidroelétrico de Barra Grande.
- (d) Em 22 de abril de 2015, foi constituída a Barra Grande Participações S.A. ("Barra Grande"), que tem por objeto social a participação em outras sociedades. Em 8 de dezembro de 2015, a Companhia aumentou seu capital, mediante a conferência da totalidade das ações detidas pela Companhia na operação em conjunto BAESA, no montante de R\$62.828, além da contribuição em moeda nacional de R\$1.000. Com o referido aumento de capital, a controlada Barra Grande passou a ter 63.829.456 ações, sendo 51.701.860 ações ordinárias e 12.127.596 ações preferenciais, sem direito a voto, mas com prioridade na distribuição de dividendos.

Em 29 de dezembro de 2015, a Companhia assinou contrato de promessa de venda de 12.127.596 ações preferenciais representando de 18,91% do capital social da controlada Barra Grande pelo montante de R\$240.769; a contrapartida do valor recebido foi contabilizado como "outras obrigações".

Em 28 de outubro de 2016, foi totalmente concluído o cumprimento das condições contratuais e a venda foi concretizada conforme descrito nas notas explicativas nº 2.21 e 18. Referida operação gerou um ganho líquido de R\$141.141, já deduzido do imposto de renda e da contribuição social, registrado no Patrimônio Líquido.

- (e) Com a incorporação da controlada CCCimentos Participações, mencionada no item (e) da presente nota, a Companhia passou a deter diretamente 99,44% de participação societária na controlada Loma Negra C.I.A.S.A..
- (f) No exercício findo em 31 de dezembro de 2015, a Companhia alienou o equivalente a 15,99% de participação acionária na Yguazu Cimentos S.A, pelo montante de U\$35.000 mil, equivalente a R\$136.717 (R\$94.224 líquido dos efeitos tributários), ao acionista minoritário. A operação gerou um ganho líquido de R\$ 82.487, já deduzido do imposto de renda e da contribuição social, registrado no patrimônio líquido.

Em 22 de dezembro de 2016, a Companhia transferiu o equivalente a 16% de participação acionária na Yguazu Cimentos S.A., pelo montante de U\$36.667 mil, equivalente a R\$108.786, à sua controlada Loma Negra. A operação gerou um ganho líquido de R\$ 55.103, já deduzido do imposto de renda e da contribuição social, registrado no Patrimônio Líquido, como transação entre acionistas. Em contraparte, a controlada Loma Negra reconheceu parte da referida operação em seu patrimônio líquido, como transação com acionista, eliminando assim o ágio gerado internamente, mas não o diferencial tributário existente entre os dois países. Dessa forma, a operação foi eliminada na controladora e no consolidado, restando apenas o valor relacionado ao imposto de renda e contribuição social, reconhecido no patrimônio líquido, no montante negativo de R\$29.663.

- (g) Em 30 de novembro de 2016, a Companhia incorporou sua controlada CCCimentos Participações Ltda. pelo montante de R\$ 23.438.

30.11.2016

ATIVO

Circulante:

Caixa e equivalentes de caixa	225
Impostos a recuperar	46
Partes Relacionadas	<u>1.797</u>
Total do ativo circulante	<u>2.068</u>

Não circulante:

Partes relacionadas	1.693
Investimentos	<u>20.208</u>
Total do ativo não circulante	<u>21.901</u>

PASSIVO

Circulante:

Partes relacionadas	281
Outras obrigações	250
Total do passivo circulante	<u>531</u>
Acervo líquido incorporado	<u><u>23.438</u></u>

- (h) Em 6 de maio de 2016, a controlada Companhia Camargo Corrêa Energia foi extinta, e os ativos e passivos, no valor de R\$12, foram vertidos à acionista.

30.04.2016

ATIVO

Circulante:

Caixa e equivalentes de caixa	1
Impostos a recuperar	11
Partes Relacionadas	<u>12</u>
Total do ativo circulante	<u>12</u>
Ativo vertidos	<u><u>12</u></u>

- (i) Em 31 de agosto de 2016, a Companhia incorporou sua controlada Transviária Logística e Transportes Ltda pelo valor de R\$ 7.214.

30.11.2016

ATIVO

Circulante:

Caixa e equivalentes de caixa	7.077
Impostos a recuperar	<u>244</u>
Total do ativo circulante	<u>7.321</u>

PASSIVO

Circulante:

Impostos e contribuições a pagar	<u>107</u>
Total do passivo circulante	<u>107</u>
Acervo líquido incorporado	<u><u>7.214</u></u>

- (j) A controlada Cauê Finance Limited ("Cauê Finance") é considerada uma extensão das operações da Companhia e, conseqüentemente, sua moeda funcional é a moeda brasileira, a moeda funcional da Companhia.

## 2. BASE DE ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

### 2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("International Financial Reporting Standards - IFRSs"), emitidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB", e as práticas contábeis adotadas no Brasil.

### 2.2. Base de elaboração

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir.

A participação em consórcios e operações em conjunto ("joint operation") são reconhecidas linha a linha nas contas do balanço e da demonstração do resultado da Companhia, na proporção do percentual de participação.

### 2.3. Bases de consolidação e investimentos em controladas

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas e operadas em conjunto.

Nas demonstrações financeiras individuais da Companhia, as demonstrações financeiras das controladas e operadas em conjunto são reconhecidas pelo método de equivalência patrimonial.

Os resultados das controladas adquiridas durante o exercício estão incluídos nas demonstrações consolidadas do resultado e do resultado abrangente a partir da data da efetiva aquisição e até a data da efetiva alienação, conforme aplicável. O saldo dos resultados abrangentes é atribuído aos proprietários da Companhia e às participações de acionistas não controladores, mesmo se resultar em montante negativo.

Quando necessário, são feitos ajustes contábeis nas demonstrações financeiras das controladas para adequar suas práticas contábeis às utilizadas pela Companhia. Todas as transações e saldos de ativos e passivos entre as empresas incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas são eliminados integralmente.

### 2.4. Combinação de negócios

As aquisições de negócios são contabilizadas pelo seu valor justo, que é a soma dos valores justos dos ativos transferidos e dos passivos assumidos pela Companhia com os antigos controladores da adquirida e das participações societárias emitidas pela Companhia em troca do controle da adquirida, na data de aquisição. Os custos relacionados à aquisição são geralmente reconhecidos no resultado, quando incorridos.

Na data de aquisição, exceto por limitadas exceções previstas na IFRS 3, os ativos adquiridos e os passivos assumidos identificáveis são reconhecidos pelo valor justo.

O ágio é o resultado positivo da soma do valor justo da combinação de negócios, do valor das participações não controladoras na adquirida e do valor justo da participação do adquirente anteriormente detida na adquirida, se houver, deduzida dos valores líquidos dos ativos adquiridos e passivos assumidos na data da operação valorizados a valor justo. Se o resultado dessas operações não resultar positivo, o valor apurado é reconhecido imediatamente no resultado como ganho.

As participações não controladoras, que correspondam a participações atuais e confirmem a seus titulares o direito a uma parcela proporcional dos ativos líquidos da entidade, no caso de liquidação, poderá ser inicialmente mensurada pelo valor justo ou com base na parcela proporcional das participações não controladoras, nos valores reconhecidos dos ativos líquidos identificáveis da adquirida. A seleção do método de mensuração é feita transação a transação. Outros tipos de participações não controladoras são mensurados pelo valor justo ou, quando aplicável, conforme descrito em outras IFRSs e pronunciamentos contábeis ("CPCs").

Se a contabilização inicial de uma combinação de negócios estiver incompleta no fim de cada exercício no qual essa combinação ocorreu, a Companhia registra os valores provisórios dos itens cuja contabilização está incompleta. Esses valores provisórios são ajustados durante o período de mensuração (conforme mencionado anteriormente) ou ativos e passivos adicionais são reconhecidos para refletir as novas informações obtidas, relacionadas a fatos e circunstâncias existentes na data de aquisição que, se conhecidos, teriam afetado os valores reconhecidos naquela data.

#### Demonstrações financeiras individuais

Nas demonstrações financeiras individuais, a Companhia aplica os requisitos da interpretação técnica ICPC 09 - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método de Equivalência Patrimonial, a qual requer que qualquer montante excedente ao custo de aquisição sobre a participação da Companhia no valor justo líquido dos ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis da adquirida na data de aquisição seja reconhecido como ágio. O ágio é acrescido ao valor contábil do investimento nas demonstrações financeiras individuais e demonstrado como um ativo intangível nas demonstrações financeiras consolidadas. Qualquer montante da participação da Companhia no valor justo líquido dos ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis que exceda o custo de aquisição é imediatamente reconhecido no resultado.

#### 2.5. Participações em empreendimentos em conjunto ("joint ventures")

Uma "joint venture" é um acordo contratual através do qual uma empresa e outras partes exercem uma atividade econômica sujeita a um controle conjunto, situação em que as decisões sobre políticas financeiras, estratégicas e operacionais relacionadas às atividades da "joint venture" requerem a aprovação de todas as partes que compartilham o controle.

Os resultados, ativos e passivos das investidas são incorporados às demonstrações financeiras com base no método de equivalência patrimonial. Conforme este método, os investimentos são inicialmente registrados pelo valor de custo e em seguida ajustados para fins de reconhecimento da participação da Companhia no lucro ou prejuízo e outros resultados abrangentes das investidas. Quando a parcela da Companhia em prejuízo de uma investida excede a participação do Grupo naquela investida, a Companhia deixa de reconhecer sua participação em prejuízos adicionais. Os prejuízos adicionais são reconhecidos somente se a Companhia tiver responsabilidade legal sobre as obrigações da coligada.

Quando uma empresa realiza transações com suas controladas em conjunto, os lucros e prejuízos resultantes das transações são reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas apenas na medida das participações da Companhia na controlada em conjunto não relacionada à Companhia.

## 2.6. Ágio

O ágio resultante de uma combinação de negócios é demonstrado ao custo na data da combinação do negócio, líquido da perda ao valor recuperável, se houver.

Para fins de teste de redução ao valor recuperável, o ágio é alocado a cada uma das unidades geradoras de caixa da Companhia que se beneficiam das sinergias da combinação.

As unidades geradoras de caixa às quais o ágio foi alocado são submetidas anualmente a testes de redução ao valor recuperável, ou com maior frequência quando houver indicação nesse sentido. Se o valor recuperável da unidade geradora de caixa for menor que o valor contábil, a perda por redução ao valor recuperável é primeiramente alocada para reduzir o valor contábil de qualquer ágio alocado à unidade e, posteriormente, aos outros ativos dessa unidade proporcionalmente ao valor contábil de cada um de seus ativos. Qualquer perda por redução ao valor recuperável do ágio é reconhecida diretamente no resultado do exercício. A perda por redução ao valor recuperável do ágio não pode ser revertida em períodos subsequentes.

Quando da alienação da correspondente unidade geradora de caixa, o valor atribuível de ágio é incluído na determinação do lucro ou prejuízo da alienação.

## 2.7. Reconhecimento de receita

A receita é mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de devoluções, descontos comerciais e/ou bonificações concedidos ao comprador.

### 2.7.1. Vendas de produtos

A receita de vendas de produtos é reconhecida quando todas as seguintes condições forem satisfeitas:

- São transferidos para comprador os riscos e benefícios significativos relacionados à propriedade dos produtos.
- Não há envolvimento continuado na gestão dos produtos vendidos em grau normalmente associado à propriedade nem controle efetivo sobre tais produtos.
- O valor da receita pode ser mensurado com confiabilidade.
- É provável que os benefícios econômicos associados à transação fluam para a Companhia.
- Os custos incorridos ou a serem incorridos relacionados à transação podem ser mensurados com confiabilidade.

### 2.7.2. Prestação de serviços

A receita de um contrato para prestação de serviço de concretagem é reconhecida de acordo com o estágio de conclusão do contrato.

### 2.8. Arrendamentos

Os arrendamentos são classificados como financeiros sempre que os termos do contrato de arrendamento transferem substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade do bem para o arrendatário. Os arrendamentos financeiros são registrados como compra financiada, sendo reconhecido, no momento da aquisição, um ativo imobilizado e um passivo de financiamento (arrendamento).

Todos os outros arrendamentos são classificados como operacionais e seu custo é reconhecido como despesa pelo método linear pelo período de vigência do contrato.

### 2.9. Propriedade para investimento

Propriedades destinadas a aluguel ou para fins não determinados são registrados ao valor de custo, deduzidos das depreciações acumuladas e de qualquer perda por impairment. Não existe planos estruturados de alienação dos imóveis mantidos em propriedade para investimentos, as vendas desses imóveis só ocorrem se a administração entender ser mais vantajoso. A depreciação desses ativos tem início quando eles estão prontos para uso e é calculado pelo método linear, exceto terreno e construções em andamento, que não são depreciados.

O pronunciamento técnico CPC 28 – Propriedade para investimentos permite que a Companhia registre suas propriedades de investimento a valor justo ou a valor de custo deduzido das depreciações acumuladas, devendo, nesse último caso, divulgar o valor justo das propriedades em nota explicativa.

A Companhia optou por manter suas propriedades de investimento registradas por valor de custo deduzido das depreciações acumuladas, por entender que esta seja a informação de melhor qualidade.

### 2.10. Custos de empréstimos

Os custos de empréstimos atribuídos diretamente à aquisição, construção ou produção de ativos qualificados, os quais levam, necessariamente, um período superior a três meses para ficarem prontos para uso, são acrescidos ao custo de tais ativos até a data em que estejam prontos para o uso ou para a venda.

Todos os outros custos com empréstimos são reconhecidos no resultado do exercício em que são incorridos.

### 2.11. Transações em moeda estrangeira e moeda funcional

As transações em moeda estrangeira, ou seja, qualquer moeda diferente da moeda funcional de cada empresa, são registradas de acordo com as taxas de câmbio vigentes na data de cada transação. No fim de cada exercício, os itens monetários em moeda estrangeira são reconvertidos pelas taxas vigentes.

As variações cambiais são reconhecidas no resultado no exercício em que ocorrem, exceto variações cambiais decorrentes de empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira relacionados a ativos em construção para uso produtivo futuro, que estão incluídas no custo desses ativos quando consideradas como ajustes aos custos, com juros dos referidos empréstimos.



Para fins de apresentação das demonstrações financeiras consolidadas, os ativos e passivos das operações das controladas no exterior são convertidos para reais, utilizando as taxas de câmbio vigentes no fim de cada exercício. Os resultados e outras transações que afetaram o patrimônio dessas operações no exterior são convertidos pelas taxas de câmbio médias do exercício. As variações cambiais resultantes dessas conversões, se houver, são classificadas em resultados abrangentes e acumuladas no patrimônio líquido.

O ágio e os ajustes ao valor justo sobre os ativos e passivos identificáveis adquiridos resultantes da aquisição de uma operação no exterior são registrados na moeda funcional da investida, somente para aquisições ocorridas após a data de transição para as IFRSs. As diferenças cambiais são reconhecidas no patrimônio líquido.

#### 2.12. Subvenções governamentais

Não são reconhecidas até que exista segurança razoável de que a Companhia irá atender às condições relacionadas e que as subvenções serão recebidas.

As subvenções governamentais são reconhecidas sistematicamente no resultado durante os exercícios nos quais a Companhia reconhece como despesas os correspondentes custos que as subvenções pretendem compensar.

#### 2.13. Estoques

São avaliados pelo custo médio de aquisição ou produção e apresentados pelo menor entre o valor de custo e o valor líquido realizável. O custo de produção é determinado de acordo com o método de absorção de custos. O valor líquido realizável corresponde ao preço de venda estimado dos estoques, deduzido dos gastos necessários para realizar a venda.

A provisão para obsolescência é constituída com base em análise das perdas históricas e avaliação dos saldos com risco de realização.

#### 2.14. Imobilizado

É registrado ao custo de aquisição, deduzido de depreciação e perda por redução ao valor recuperável, se aplicável. São registrados como parte dos custos das imobilizações em andamento, no caso de ativos qualificáveis, os custos de empréstimos capitalizados. Tais imobilizações são classificadas nas categorias adequadas do imobilizado quando concluídas e prontas para o uso pretendido.

A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear ou outra base sistemática representativa do momento em que os benefícios econômicos são usufruídos. A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados no fim de cada exercício, e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

O imobilizado em curso representa ativos tangíveis em fase de construção/produção, registrados ao custo de aquisição ou produção, deduzido de eventuais perdas. Esses ativos são depreciados a partir do momento em que estão em condições de serem utilizados para os fins pretendidos.

Os gastos relacionados à preparação e ao desenvolvimento de minas, incluindo, entre outros, a retirada e a disposição do material denominado estéril e a construção de taludes e rotas, são contabilizados agregando-se o valor das minas e amortizados com base no percentual de exploração em relação ao rendimento total esperado durante a vida útil.

## 2.15. Ativos intangíveis

### 2.15.1. Ativos intangíveis adquiridos separadamente

São registrados ao custo, deduzido da amortização e das perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. A amortização é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada dos ativos. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados periodicamente, e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

### 2.15.2. Ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios

Nas demonstrações financeiras consolidadas, os ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios são registrados pelo valor justo na data da aquisição.

## 2.16. Redução ao valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis, excluindo o ágio

No fim de cada exercício, a Companhia revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida e/ou ainda não disponíveis para uso são submetidos ao teste de redução ao valor recuperável pelo menos uma vez ao ano e sempre que houver qualquer indicação de que o ativo possa apresentar perda por redução ao valor recuperável.

O montante recuperável é o maior valor entre o valor justo menos os custos na venda e o valor em uso. Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao valor presente pela taxa de desconto, antes dos impostos, que reflita uma avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo.

Se o montante recuperável de um ativo (ou unidade geradora de caixa) calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) é reduzido a seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

## 2.17. Provisões

São reconhecidas para obrigações presentes (legal ou construtiva) resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa para liquidar a obrigação no fim de cada exercício, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa.

## 2.18. Reconstituição ambiental e desmantelamento de fábricas

Em face das disposições legais e das práticas em vigor em várias áreas de negócio, os terrenos utilizados em exploração de minas e pedreiras são sujeitos à reconstituição ambiental. Adicionalmente, existem custos que serão exigidos para o desmantelamento de fábricas.

Nesse contexto, são constituídas provisões para fazer face aos custos estimados para a recuperação e reconstituição ambiental das áreas em exploração e o desmantelamento de fábricas. Essas provisões são registradas de forma simultânea com um acréscimo ao valor do ativo subjacente, tendo por base as conclusões de estudos de recuperação paisagística, sendo reconhecidas em resultados à medida da depreciação dos ativos.

A Companhia e suas controladas têm como prática proceder à remediação progressiva dos espaços liberados pelas pedreiras, utilizando as provisões constituídas.

## 2.19. Direito de concessão - Uso do Bem Público - UBP

A BAESA - Energética Barra Grande S.A. ("BAESA") possui uma concessão para exploração de empreendimento, outorgada para cada uma das consorciadas, de forma compartilhada. As consorciadas participam na exploração do empreendimento como produtoras independentes de energia. A energia gerada pelo empreendimento é destinada às consorciadas proporcionalmente aos respectivos percentuais de participação no consórcio.

A vigência do contrato de concessão é de 35 anos, contados a partir da data inicial de 14 de maio de 2001.

O contrato de concessão também estabelece que um montante seja pago pelo UBP, em parcelas mensais proporcionais, a título de concessão onerosa. O UBP é reajustado anualmente pelo Índice Geral de Preços de Mercado - IGP-M.

## 2.20. Tributação

### 2.20.1. Impostos correntes

A provisão para imposto de renda e contribuição social é baseada no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração consolidada do resultado porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. A provisão para imposto de renda é calculada individualmente por empresa com base nas alíquotas vigentes no fim de cada exercício e em disposições legais e tributárias específicas dos países onde estejam sediadas.

### 2.20.2. Impostos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ("impostos diferidos") são reconhecidos sobre as diferenças temporárias no fim de cada exercício entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais, quando aplicável. Os impostos diferidos ativos são reconhecidos apenas quando for provável que a Companhia apresente lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas.

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no fim de cada exercício, e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros propiciarão a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado ao montante que se espera recuperar.

Impostos diferidos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no exercício no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação vigente no fim de cada exercício, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada.

## 2.21. Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos quando uma entidade for parte das disposições contratuais do instrumento.

Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. O valor justo é a quantia pela qual um ativo poderia ser trocado, ou um passivo liquidado, entre partes conhecedoras e dispostas a isso em transação sem favorecimento. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros são acrescidos ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, quando aplicável, após o reconhecimento inicial, exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo no resultado.

### Ativos financeiros

Estão classificados nas seguintes categorias específicas: (a) ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado; (b) investimentos mantidos até o vencimento; (c) ativos financeiros disponíveis para venda; e (d) empréstimos e recebíveis. A classificação depende da natureza e finalidade dos ativos financeiros e é determinada no reconhecimento inicial.

#### (a) Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros são classificados ao valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação, ou seja, se:

- For adquirido principalmente para ser vendido a curto prazo.
- No reconhecimento inicial for parte de carteira de instrumentos financeiros que a Companhia administra em conjunto e possui um padrão real recente de obtenção de lucros a curto prazo.
- For um derivativo que não tenha sido designado como um instrumento de "hedge" efetivo.

#### (b) Investimentos mantidos até o vencimento

Os investimentos mantidos até o vencimento correspondem a ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e data de vencimento fixa que a Companhia tem a intenção positiva e a capacidade de manter até o vencimento.

(c) Ativos financeiros disponíveis para venda

Correspondem a ativos financeiros não derivativos designados como disponíveis para venda ou que não são classificados como: (i) ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado; (ii) investimentos mantidos até o vencimento; ou (iii) empréstimos e recebíveis.

(d) Empréstimos e recebíveis

Contas a receber, empréstimos e outros recebíveis com pagamentos fixos ou determináveis e que não são cotados em um mercado ativo são classificados como empréstimos e recebíveis.

Os investimentos mantidos até vencimento e os empréstimos e recebíveis são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, deduzidos de qualquer redução ao valor recuperável.

Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados como: (a) passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado; e (b) outros passivos financeiros.

(a) Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Os passivos financeiros classificados como ao valor justo por meio do resultado são aqueles mantidos para negociação ou designados pelo valor justo por meio do resultado. Mudanças no valor justo são reconhecidas no resultado do exercício.

(b) Outros passivos financeiros

Outros passivos financeiros, incluindo empréstimos, financiamentos e debêntures, são inicialmente mensurados pelo valor justo, líquidos dos custos da transação. Posteriormente, são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, sendo a despesa financeira reconhecida com base na remuneração efetiva.

Instrumentos financeiros derivativos

Os derivativos são inicialmente reconhecidos ao valor justo na data de contratação e posteriormente remensurados pelo valor justo no fim de cada exercício. Eventuais ganhos ou perdas são reconhecidos no resultado imediatamente, a menos que o derivativo seja designado e efetivo como instrumento de "hedge"; nesse caso, o momento do reconhecimento no resultado depende da natureza da relação de "hedge".

Classificação de instrumentos financeiros passivos e instrumentos patrimoniais

A Companhia também possui contratos que possuem componentes de instrumentos patrimoniais e instrumentos financeiros, sendo estes componentes classificados separadamente de acordo com suas características contratuais. Os instrumentos patrimoniais são mensurados ao custo histórico e os instrumentos financeiros derivativos pelo valor justo por meio do resultado.

## 2.22. Caixa e equivalentes de caixa

São representados por fundo fixo de caixa, recursos em contas bancárias de livre movimentação e investimentos de curto prazo, com vencimentos originais de 90 dias ou menos da data da contratação, ou com compromissos de recompra, prontamente conversíveis em caixa e com riscos insignificantes de mudança de valor, classificados como empréstimos e recebíveis e, portanto, contabilizados pelo método de custo amortizado.

## 2.23. Juros sobre o capital próprio

São demonstrados como destinação do resultado, diretamente no patrimônio líquido, e os juros recebidos ou a receber de investimentos em controladas, controladas em conjunto e coligadas, como crédito de investimento, quando aplicável. Para fins fiscais, os juros sobre o capital próprio são tratados como despesas ou receitas financeiras, reduzindo e aumentando, respectivamente, a base de cálculo do imposto de renda e da contribuição social do exercício.

## 2.24. Novas e revisadas normas e interpretações (IFRS)

### Normas, interpretações e alterações de normas implementadas em 1º de janeiro de 2016

Norma	Descrição	Vigência
Alterações à IAS 1/CPC 26	Alteradas pela norma Iniciativa de Divulgação	Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2016.
Alterações à IFRS 11/CPC 19	Alteradas pela norma Contabilização de Aquisições de Participações em Operações em Conjunto	Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2016.

A adoção das IFRSs novas e revisadas, aplicáveis à Companhia, não exerceu impacto relevante sobre os valores reportados e/ou divulgados no período corrente.

Normas, interpretações e alterações de normas que ainda não estão em vigor

Os pronunciamentos e as interpretações contábeis abaixo, emitidos até 31 de dezembro de 2016 pelo "International Accounting Standards Board - IASB", não foram aplicados antecipadamente pela Companhia nas demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016. Os mesmos serão implementados à medida que sua aplicação se torne obrigatória. A Companhia ainda não estimou a extensão dos possíveis impactos destes novos pronunciamentos e interpretações em suas demonstrações financeiras.

IFRS 9/CPC 48	Instrumentos Financeiros (b)
IFRS 15/CPC 47	Receitas de Contratos com Clientes (b)
IFRS 16/CPC 06	Arrendamentos (c)
Alterações à IFRS 2/CPC 10	Classificação e Mensuração de Transações de Pagamentos Baseados em Ações
Alterações à IFRS 10/CPC e IAS 28/CPC 18	Venda ou Contribuição de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou "Joint Venture" (d)
Alterações à IAS 7/CPC 03	Iniciativa de Divulgação (d)
Alterações à IAS 12/CPC 32	Reconhecimento de Impostos Diferidos Ativos para Perdas a Realizar (a)
IFRIC 22	Transações com Adiantamentos em Moedas Estrangeiras (b)
Melhorias Anuais	Ciclo de IFRSs 2014-2016 (a) (b)
Alterações à IAS 40/CPC 28	Transferência de Propriedades de Investimentos (b)

- (a) Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2017, com adoção antecipada permitida.
- (b) Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018, com adoção antecipada permitida.
- (c) Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2019, com adoção antecipada permitida.
- (d) Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após uma data a ser determinada.

**3. PRINCIPAIS JULGAMENTOS CONTÁBEIS E FONTES DE INCERTEZA NAS ESTIMATIVAS**

Na aplicação das práticas contábeis da Companhia, a Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos para os quais não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas em dados históricos e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas.

As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas.

Principais julgamentos na aplicação das práticas contábeis

A seguir são apresentados os principais julgamentos efetuados pela Administração durante o processo de aplicação das práticas contábeis da Companhia e que afetam significativamente os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras.

### 3.1. Redução ao valor recuperável do ágio

Para determinar se o ágio apresenta redução a seu valor recuperável, é necessário fazer estimativa do valor em uso das unidades geradoras de caixa às quais o ágio foi alocado. O cálculo do valor em uso exige que a Administração estime os fluxos de caixa futuros esperados oriundos das unidades geradoras de caixa e uma taxa de desconto adequada para que o valor presente seja calculado.

Os detalhes da análise de perda por redução ao valor recuperável estão divulgados na nota explicativa nº 11.

### 3.2. Uso de estimativas

As estimativas contábeis foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, conforme aplicável, de acordo com o julgamento da Administração da Companhia. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem determinação da vida útil dos bens do ativo imobilizado, amortização de intangíveis, provisão para perdas de bens paralisados, provisão para créditos de liquidação duvidosa, provisão para perdas e obsolescência de estoques, provisão para reconstituição ambiental, desmantelamento de fábricas e provisão para riscos. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes devido a imprecisões inerentes ao processo de estimativa. A Companhia revisa as estimativas, premissas, determinação da vida útil dos bens do ativo imobilizado e provisão para perda de estoques anualmente.

### 3.3. Ativos imobilizados e intangíveis

A Companhia e suas controladas revisam a vida útil estimada dos bens do imobilizado e do intangível anualmente, no fim de cada exercício. A estimativa de vida útil é conforme segue:

	<u>Vida útil</u>
Edificações e outras construções	3 a 50 anos
Máquinas e equipamentos	2 a 50 anos
Veículos	2 a 16 anos
Móveis e utensílios	9 a 33 anos
Minas e jazidas	(*)
Reservatório, barragens e adutoras	49 a 50 anos
Fornos, moinhos e silos	30 a 53 anos
Direito de uso de software	5 anos

(\*) A exaustão de minas e jazidas é feita: (a) com base na extração efetiva, em relação ao rendimento total esperado; ou (b) de forma linear, com base na vida útil definida para a mina.



## 4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Caixa e bancos (*)	411.093	35.805	460.443	92.778
Aplicações financeiras	189.286	890.615	314.098	981.933
Total	<u>600.379</u>	<u>926.420</u>	<u>774.541</u>	<u>1.074.711</u>

(\*) Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia e suas controladas possuem saldos em moedas estrangeiras (euros e dólares norte-americanos) equivalentes a R\$400.644 (R\$448.802 no consolidado).

As aplicações financeiras são representadas como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Certificados de Depósito Bancário - CDBs	133	-	1.950	6.932
Operações compromissadas	-	-	5.906	-
Aplicações financeiras em reais (c)	-	364.160	-	364.160
Cotas de Fundos de renda fixa	-	329	-	329
Fundos exclusivos (a):				
Letras do Tesouro Nacional - LTNs "over"	43.435	89.534	43.435	89.955
Letras do Tesouro Nacional - LTFs	111.003	99.418	111.003	99.886
CDBs	3.854	5.408	3.854	5.434
Cotas de Fundos de renda fixa	30.861	326.273	30.861	327.810
Outros	-	5.493	-	5.519
Aplicações financeiras em moeda estrangeira (b):				
Em pesos argentinos	-	-	96.792	53.679
Em dólares norte-americanos	-	-	14.586	28.175
Outros	-	-	5.711	54
Total	<u>189.286</u>	<u>890.615</u>	<u>314.098</u>	<u>981.933</u>

(a) Em 31 de dezembro de 2016, as aplicações em cotas de fundos exclusivos renderam em média de 102% a 112,7% da variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI (100,5% a 112,7% do CDI em 31 de dezembro de 2015).

(b) Em 31 de dezembro de 2016, as aplicações em pesos argentinos renderam em média de 23,49% ao ano (22,32% a 26,70% ao ano em 31 de dezembro de 2015) e as aplicações em dólares norte-americanos 0,1% ao ano (0,1% ao ano em 31 de dezembro de 2015).

(c) Conforme descrito na nota explicativa nº 1(c) das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2015, a Companhia recebeu R\$240.769 referente a proposta contratual. O montante recebido foi transferido para uma conta restrita e, em 2016, as condições contratuais foram atendidas e o valor resgatado.

## 5. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Os títulos e valores mobiliários estão classificados como ativos financeiros registrados ao valor justo por meio do resultado e são representados como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Títulos e valores imobiliários	147.143	72.094	147.751	72.434
Depósito em garantia (*)	6.546	6.955	8.853	10.036
Total	<u>153.689</u>	<u>79.049</u>	<u>156.604</u>	<u>82.470</u>
Total - classificado no circulante	146.535	72.094	146.535	72.434
Total - classificado no não circulante	7.154	6.955	10.069	10.036

(\*) A Companhia efetua compulsoriamente depósitos a título de garantia, em decorrência da postergação parcial do saldo de Imposto sobre Circularização de Mercadorias e Serviços - ICMS para o Estado de Goiás. No consolidado, inclui também depósitos em garantia da operação em conjunto Baesa, com finalidade de constituir reserva para obrigações com o BNDES e com o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS).

## 6. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Clientes dos mercados interno e externo	178.691	172.468	327.409	355.613
Classificadas no não circulante	(4.724)	(5.234)	(20.971)	(5.401)
Classificadas no circulante	173.967	167.234	306.438	350.212
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(29.903)	(31.895)	(34.793)	(36.073)
Total líquido no circulante	<u>144.064</u>	<u>135.339</u>	<u>271.645</u>	<u>314.139</u>

A Companhia constitui provisão para créditos de liquidação duvidosa para 100% das contas a receber vencidas há mais de 181 dias. As controladas Loma Negra e Yguazu constituem provisão para créditos de liquidação duvidosa com base nos valores irre recuperáveis estimados ou determinados em experiências de inadimplência e na análise da situação financeira atual de cada devedor, considerando, inclusive, as garantias prestadas por tais devedores.

Composição das contas a receber por vencimento

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
A vencer	133.252	126.704	164.328	280.951
Vencidos:				
0 a 30 dias	11.253	9.171	14.829	19.114
31 a 60 dias	946	2.000	105.492	6.899
61 a 90 dias	1.254	1.417	1.381	3.049
91 a 180 dias	2.770	2.219	11.949	12.945
181 dias ou mais	<u>29.216</u>	<u>30.957</u>	<u>29.430</u>	<u>32.655</u>
Total	<u>178.691</u>	<u>172.468</u>	<u>327.409</u>	<u>355.613</u>

Movimentação na provisão para créditos de liquidação duvidosa

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Saldo no início do exercício	31.895	24.415	36.073	29.399
Constituições	5.424	10.478	7.744	11.008
Montantes baixados no exercício como incobráveis	(7.416)	(2.998)	(7.487)	(4.090)
Ganho ou perda de variação cambial	-	-	(1.537)	(244)
Saldo no fim do exercício	<u>29.903</u>	<u>31.895</u>	<u>34.793</u>	<u>36.073</u>

## 7. ESTOQUES

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Circulante:				
Produtos acabados	49.791	74.977	78.958	103.571
Produtos em elaboração	152.696	142.693	278.418	246.312
Matéria-prima	99.404	133.928	154.699	193.161
Combustíveis	41.108	57.522	83.487	117.087
Almoxarifado	156.758	178.882	253.389	271.667
Adiantamento a fornecedores	9.837	3.740	9.838	3.740
Estoque em trânsito	-	-	3.065	14.050
Embalagem e outros	3.405	5.632	4.259	7.061
Provisão para perdas	<u>(2.572)</u>	<u>(2.572)</u>	<u>(2.572)</u>	<u>(2.572)</u>
Total	<u>510.427</u>	<u>594.802</u>	<u>863.541</u>	<u>954.077</u>
Não circulante:				
Almoxarifado	-	-	36.629	52.760
Provisão para perdas	-	-	(439)	(644)
Adiantamentos a fornecedores (*)	<u>6.745</u>	<u>7.751</u>	<u>6.745</u>	<u>7.751</u>
Total	<u>6.745</u>	<u>7.751</u>	<u>42.935</u>	<u>59.867</u>

(\*) Representados substancialmente por: (i) adiantamento de contrato de prestação de serviço de transporte ferroviário de escória e carvão mineral, com vigência até 10 de outubro de 2023, com previsão de utilização anual linear de R\$2.825; e (ii) adiantamento de contrato de fornecimento de matéria prima, com vigência até 31 de julho de 2018, com previsão de utilização no decorrer do exercício de 2017.

## 8. IMPOSTOS A RECUPERAR

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	48.077	6.129	54.731	10.833
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	49.418	49.781	49.419	49.781
Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS a recuperar	24.600	42.649	24.673	42.723
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF sobre aplicações financeiras	13.469	28.641	13.628	28.687
Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI	5.521	36.244	5.521	36.244
Imposto sobre Valor Agregado - IVA	-	-	23.077	32.074
Impostos antecipados e outros	119	(58)	10.038	724
<b>Total</b>	<b>141.204</b>	<b>163.386</b>	<b>181.087</b>	<b>201.066</b>
Classificados no circulante	60.951	140.689	81.828.	143.387
Classificados no não circulante	80.253	22.697	99.259	57.679

## 9. INVESTIMENTOS - CONTROLADORA

	Participação no capital social - %		Ações/cotas possuídas		Patrimônio líquido		Resultado do exercício ajustado		Ajuste de avaliação patrimonial (a)		Resultado de equivalência patrimonial		Saldo dos investimentos	
	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015
Controladas:														
Holdtotal S.A. (b)	-	-	-	-	-	-	-	79.485	-	75.605	-	70.742	-	-
Loma Negra C.I.A. S.A. (b) e (c)	99,44	91,37	56.288.374	50.805.235	152.219	461.781	100.608	71.215	(117.343)	(75.052)	100.048	65.069	1.116.958	1.387.522
Neogera Investimentos em Inovação Ltda. (d)	100,00	100,00	580.000	329.000	592	333	8	3	1	-	8	3	592	333
InterCement Portugal SGPS S.A (e)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.171	-	(110)	-	-
CCCimentos Participações Ltda.(f)	-	99,82	-	1	-	41.701	3.323	10.703	(11.579)	178	3.322	10.684	-	41.627
CCCE - Companhia Camargo Corrêa Energia (g)	-	100,00	-	5.948.232	-	12	-	48	-	-	-	48	-	12
Yguazu Cimentos S.A. (h)	-	16,00	-	3.834	-	152.007	23.345	(82.866)	(3.700)	(2.521)	4.672	(26.317)	-	24.325
Transviária Logística e Transportes Ltda. (i)	-	98,56	-	6.909.000	-	2.928	386	198	-	(20)	384	196	-	2.898
Barra Grande Participações S.A (j)	81,09	100,00	64.129.456	63.829.456	70.587	63.014	25.092	185	-	-	5.084	185	57.238	63.014
Machadinho Participações S.A (k) e (l)	81,30	100,00	25.849.870	500	32.529	-	2.935	-	-	-	581	-	26.446	-
Estreito Participações S.A (k)	100,00	100,00	1.000.500	500	916	-	(84)	-	-	-	(84)	-	916	-
									(132.621)	(639)	114.015	120.500	1.202.150	1.519.731
Operações em conjunto:														
BAESA - Energética Barra Grande S.A. (j)	-	-	-	-	-	-	-	8.276	-	-	-	5.084	-	-
CCEScom Cement (m)	50,10	50,10	9.018	9.018	-	17.109	62	(126)	(398)	2.067	31	(62)	-	8.572
									(398)	2.067	31	5.022	-	8.572
Outros investimentos:														
Eco Processa Tratamento de Resíduos Ltda.	50,00	50,00	350.000	350.000	347	739	(391)	2	-	-	(196)	1	174	369
Companhia de Mineração Candiota	48,00	48,00	480.000	480.000	676	696	25	180	-	(225)	13	86	324	334
									-	(225)	(183)	87	498	703
Provisão para perdas em controladas (n):														
Inversiones Rios Primera	99,90	99,90	99.900	99.900	(20)	(20)	-	-	-	(8)	-	(5)	(20)	(20)
									-	(8)	-	(5)	(20)	(20)
<b>Total</b>									<b>(133.019)</b>	<b>1.195</b>	<b>113.863</b>	<b>125.604</b>	<b>1.202.628</b>	<b>1.528.986</b>

(a) Representado, substancialmente, por variação cambial dos investimentos no exterior.

(b) Em 1º de outubro de 2015, ocorreu a fusão entre as controladas Loma Negra e Holdtotal S.A.

(c) Parte do saldo no valor de R\$965.584 refere-se ao ágio pago na aquisição dessa empresa, que foi parcialmente amortizado pela taxa anual de 12,5% até 31 de dezembro de 2008. Esse ágio tem como fundamento econômico a expectativa de rentabilidade futura. A partir de 1º de janeiro de 2009, a amortização desse ágio cessou. O resultado da última análise, efetuada para o exercício findo de 31 de dezembro de 2016, indicou que o valor recuperável das unidades geradoras de caixa correspondentes ao ágio supera o valor registrado desses ativos, conforme mencionado na nota explicativa nº 11.

(d) Em 19 de fevereiro e 15 de setembro de 2016, a Companhia aumentou o capital social na controlada Neogera Investimentos em Inovação Ltda., em R\$150 e R\$100, respectivamente.

- (e) Em 30 de outubro de 2014, os acionistas da controlada InterCement Portugal SGPS S.A. aprovaram a dissolução da Sociedade, e a devolução do capital social ocorreu em 29 de setembro de 2015.
- (f) Em 30 de outubro de 2016, a outra sócia, Camargo Correa S.A., cedeu e transferiu a totalidade de suas ações detidas na controlada CCCimentos Participações para a Companhia, pelo montante de R\$31. Em 30 de novembro de 2016, a controlada CCCimentos Participações foi incorporada na Companhia.

Em 6 de maio de 2016, a controlada CCCE - Companhia Camargo Corrêa Energia foi extinta, e os ativos e passivos foram vertidos às acionistas, conforme mencionado na nota explicativa nº 1(h)

- (g) Em 22 de dezembro de 2016, a Companhia alienou o equivalente a 16% de participação acionária na Yguazu à sua controlada Loma Negra, conforme mencionado na nota explicativa nº 1(f).
- (h) Em 1º de agosto de 2016, a Companhia aumentou o capital social na controlada Transviária Logística e Transportes Ltda. em R\$ 3.900. Em 31 de agosto de 2016, referida controlada foi incorporada, conforme mencionado na nota explicativa nº 1(i).
- (i) Em 8 de dezembro de 2015, a Companhia aumentou o capital da controlada Barra Grande Participações S.A. ("Barra Grande") em R\$63.828, mediante a conferência da totalidade das ações detidas pela Companhia na operação em conjunto BAESA - Energética Barra Grande S.A. ("BAESA"), no montante de R\$62.828, além da contribuição em moeda nacional de R\$1.000, integralizada em 6 de janeiro de 2016. Em 28 de abril de 2016, a Companhia aumentou o capital social na controlada Barra Grande Participações S.A. em R\$300. Em 2016, a Companhia alienou a totalidade das ações preferenciais da controlada Barra Grande, 18,91% de participação acionária, conforme mencionado na nota explicativa nº 1(d).
- (j) Em 14 de janeiro de 2016, a Companhia aumentou o capital social nas controladas Estreito Participações S.A. e Machadinho Participações S.A., no valor de R\$1.000 para cada controlada.
- (k) Em 28 de julho de 2016, a Companhia aumentou o capital social na controlada Machadinho Participações, mediante a conferência de 5,28% dos ativos e passivos detidos no Consórcio Machadinho, no montante de R\$ 30.795, além da contribuição em moeda nacional de R\$1.000. Em 16 de dezembro de 2016, a Companhia alienou a totalidade das ações preferenciais da referida controlada, equivalente a 18,70% de participação acionária, conforme mencionado na nota explicativa nº 1(b).
- (l) Em 30 de abril de 2016, a Companhia constituiu provisão para perda da totalidade de sua participação na controlada em conjunto CCEscm Cement, no montante de R\$8.205.
- (m) Investimento reclassificado para outras obrigações no passivo não circulante.

As informações sobre as principais controladas e operações em conjunto em 31 de dezembro de 2016 e de 2015 são como segue:

Loma Negra C.I.A. S.A.: controlada sediada na Argentina com o objetivo de produzir e comercializar cimentos e seus derivados, bem como participar e investir em outras companhias. Detêm, indiretamente, 80% de participação societária na companhia Ferrosur Roca S.A..

Ferrosur Roca S.A.: administra ferrovias na Argentina, interligando as principais fábricas da Loma Negra. A concessão atual tem vigência até 2023, podendo ser ampliada em mais dez anos.

Yguazu Cimentos S.A.: é uma companhia paraguaia que opera na fabricação, moagem, importação e comercialização de cimento.

BAESA - Energética Barra Grande S.A.: tem como objetivo principal explorar o potencial de energia hidráulica, construir e manter a propriedade da usina hidrelétrica Barra Grande ("UHE Barra Grande") e comercializar ou utilizar a energia elétrica produzida pelo prazo de concessão. A controlada Barra Grande adota o método de equivalência patrimonial para a contabilização desta operação em conjunto, com base na existência de acordo de acionistas.

Barra Grande Participações S.A.: companhia brasileira constituída em 22 de abril de 2015, com o objetivo de participar em outras empresas. Em 31 de dezembro de 2016, possui a participação da Companhia na BAESA.

Camargo Corrêa Escm Cement B.V.: companhia holandesa que tem como objetivo participar, investir e gerenciar outras companhias. Atualmente possui investimento na companhia Palanca Cimentos em Angola.

Neogera Investimentos em Inovação Ltda.: sociedade brasileira constituída em 16 de outubro de 2014, com o objetivo de conduzir e investir em projetos de inovação.

Machadinho Participações S.A.: sociedade brasileira constituída em 22 de abril de 2015, com o objetivo de participar em outras empresas. Em 31 de dezembro de 2016, possui a participação no Consórcio Machadinho.

A movimentação dos investimentos, apresentados nas demonstrações financeiras individuais, é como segue:

	<u>Controladora</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2014	1.414.746
Aumento/redução de capital	1.938
Baixas	(12.799)
Equivalência patrimonial	125.604
Ajuste de avaliação patrimonial	1.195
Dividendos	<u>(1.698)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2015	1.528.986
Aumento de capital (a)	38.271
Baixas (b)	(62.049)
Equivalência patrimonial	113.863
Ajuste de avaliação patrimonial	(133.019)
Dividendos (c)	(198.655)
Outras transações de capital (d)	<u>(84.769)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2016	<u>1.202.628</u>

- (a) Refere-se substancialmente ao aumento de capital nas controladas Machadinho Participações S.A., Transviária Logística e Transportes Ltda., Barra Grande Participações S.A. e Estreito Participações S.A., nos montantes de R\$31.795, R\$3.900, R\$1.300 e R\$1.000, respectivamente.
- (b) Refere-se substancialmente a: (i) alienação de participação acionária nas controladas Yguazu, Barra Grande e Machadinho, nos montantes de R\$25.296, R\$12.160 e R\$5.930, respectivamente; e (ii) incorporação das controladas Transviária e CCCimentos Participações, nos montantes de R\$7.182 e R\$3.263, respectivamente.
- (c) A Companhia recebeu dividendos de suas controladas Loma Negra e CCCimentos Participações nos montantes de R\$180.156 e R\$18.478, respectivamente.
- (d) Refere-se ao ágio registrado na controlada Loma Negra, decorrente da aquisição de participação de 16% sobre o capital social da controlada Yguazu, e que foi reconhecido como transação com acionistas de acordo com o ICPC 09.

## 10. IMOBILIZADO

	Controladora		
	2016		
	Custo	Depreciação	Valor residual
Terrenos	149.257	(1.969)	147.288
Edifícios	1.498.432	(735.224)	763.208
Máquinas e equipamentos	2.702.027	(1.759.702)	942.325
Veículos	101.976	(68.453)	33.523
Móveis e utensílios	19.106	(15.383)	3.723
Minas e jazidas	134.128	(67.956)	66.172
Reservatório, barragens e adutoras	168.225	(28.302)	139.923
Outros	20.417	(4.633)	15.784
Peças de reposição	14.900	(4.541)	10.359
Adiantamento a fornecedores	83.336	-	83.336
Imobilizado em andamento (*)	728.883	-	728.883
<b>Total</b>	<b>5.620.687</b>	<b>(2.686.163)</b>	<b>2.934.524</b>

  

	Controladora		
	2015		
	Custo	Depreciação	Valor residual
Terrenos	155.877	(1.556)	154.321
Edifícios	1.463.037	(703.793)	759.244
Máquinas e equipamentos	2.666.115	(1.652.477)	1.013.638
Veículos	143.566	(93.367)	50.199
Móveis e utensílios	19.974	(14.967)	5.007
Minas e jazidas	130.783	(50.569)	80.214
Reservatório, barragens e adutoras	172.147	(33.372)	138.775
Outros	24.976	(5.665)	19.311
Peças de reposição	16.385	(2.347)	14.038
Adiantamento a fornecedores	86.945	-	86.945
Imobilizado em andamento (*)	798.886	-	798.886
<b>Total</b>	<b>5.678.691</b>	<b>(2.558.113)</b>	<b>3.120.578</b>

  

	Consolidado		
	2016		
	Custo	Depreciação	Valor residual
Terrenos	161.329	(2.904)	158.425
Edifícios	1.849.505	(926.265)	923.240
Máquinas e equipamentos	3.681.306	(2.093.260)	1.588.046
Veículos	218.897	(126.327)	92.570
Móveis e utensílios	45.715	(39.138)	6.577
Minas e jazidas	362.346	(207.872)	154.474
Reservatório, barragens e adutoras	276.973	(64.490)	212.483
Outros	38.718	(15.204)	23.514
Peças de reposição	14.900	(4.541)	10.359
Adiantamento a fornecedores	83.336	-	83.336
Imobilizado em andamento (*)	810.992	-	810.992
<b>Total</b>	<b>7.544.017</b>	<b>(3.480.001)</b>	<b>4.064.016</b>



	Consolidado		
	2015		
	Custo	Depreciação	Valor residual
Terrenos	170.545	(2.365)	168.180
Edifícios	1.938.001	(965.220)	972.781
Máquinas e equipamentos	3.847.974	(2.038.674)	1.809.300
Veículos	289.230	(166.831)	122.399
Móveis e utensílios	57.783	(48.523)	9.260
Minas e jazidas	341.807	(156.847)	184.960
Reservatório, barragens e adutoras	257.490	(54.997)	202.493
Outros	46.179	(17.587)	28.592
Peças de reposição	25.713	(2.347)	23.366
Adiantamento a fornecedores	86.945	-	86.945
Imobilizado em andamento (*)	876.048	-	876.048
<b>Total</b>	<b>7.937.715</b>	<b>(3.453.391)</b>	<b>4.484.324</b>

(\*) Na controladora, os saldos referem-se substancialmente à expansão das unidades de Cezarina, no estado de Goiás, no montante de R\$85.429, e à construção da unidade de Caxitu, no montante de R\$555.907, no Estado da Paraíba, bem como a melhorias no processo produtivo, para a plena utilização da capacidade das unidades existentes. A modernização das fábricas está sendo financiada com recursos oriundos do contrato com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, conforme demonstrado na nota explicativa nº 12. O consolidado inclui, ainda, investimentos na expansão e modernização, principalmente, das plantas de Catamarca, L'Amali, Olavarría e Lomaser, da controlada Loma Negra e de suas controladas, no montante de R\$81.652.

A Companhia capitalizou, durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2016, encargos financeiros no montante de R\$3.271 (R\$15.649 em 2015), na rubrica "Imobilizado em andamento".

De acordo com o Contrato de Concessão, todos os bens e instalações vinculados à UHE Barra Grande, inclusive terrenos, registrados na companhia operada em conjunto BAESA, no montante proporcional à participação da Companhia e aproximado de R\$89.813, são depreciados linearmente pelo prazo de concessão e passarão ao final da concessão em 2036 a integrar o patrimônio da União.

Nas rubricas "Máquinas e equipamentos" e "Veículos" existem, em 31 de dezembro de 2016, bens que foram adquiridos para as unidades de produção de concreto localizadas nos Estados de São Paulo e Pernambuco, por meio de contratos de financiamento (FINAME), que são garantidos pelos próprios bens financiados. O financiamento original corresponde a 90% do valor total dos bens e, em 31 de dezembro de 2016, conforme demonstrado na nota explicativa nº 12, o saldo a pagar é de R\$14.435 (FINAME).

A movimentação do imobilizado é demonstrada como segue:

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2014	3.206.167	4.463.089
Adições	185.401	430.966
Baixas	(35.550)	(35.630)
Depreciações	(235.440)	(403.295)
Efeito de mudança de taxas de câmbio sobre investimentos no exterior (a)	-	<u>29.194</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2015	<u>3.120.578</u>	<u>4.484.324</u>
Adições (b)	135.874	370.650
Baixas (c)	(44.484)	(14.907)
Depreciações	(252.043)	(411.147)
Transferência para propriedade para investimento (d)	(25.401)	(25.401)
Efeito de mudança de taxas de câmbio sobre investimentos no exterior (a)	-	<u>(339.503)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2016	<u>2.934.524</u>	<u>4.064.016</u>

- (a) No consolidado refere-se principalmente ao efeito da tradução de demonstrações financeiras para a moeda funcional da Companhia, entre o início e o fim do exercício, sobre ativos da controlada Loma Negra.
- (b) Na controladora referem-se substancialmente a melhorias e adequações das unidades produtivas, e no consolidado à extração de minério na Argentina.
- (c) Na controladora, refere-se substancialmente a venda de 3 centrais de concretos, e 7 lotes de betoneiras, conforme mencionado na nota explicativa nº 21, e à transferência dos ativos do consórcio Machadinho para sua controlada Machadinho Participações S.A.. No consolidado, a referida transferência do consórcio não tem efeito.
- (d) Usinas de concreto arrendadas, e que foram classificadas como propriedade para investimento.

#### Perdas por redução ao valor recuperável

Em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, não foram identificados eventos que indicassem a necessidade de avaliar eventual redução do imobilizado ao seu valor de recuperação.

## 11. INTANGÍVEL

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Direitos de exploração de minas	114.376	114.555	114.376	114.555
Bens vinculados à concessão	7.773	7.106	22.646	25.353
Direitos de uso de software	3.292	5.922	3.362	6.062
Gastos com desenvolvimento de projetos	16.338	18.024	16.338	18.024
Marcas e patentes e outros	11.862	10.320	11.861	10.320
	<u>153.641</u>	<u>155.927</u>	<u>168.583</u>	<u>174.314</u>
Ágio:				
Loma Negra C.I.A. S.A. (a)	-	-	965.584	965.584
CBC - Companhia Brasileira de Cimentos (b)	102.633	102.633	102.633	102.633
RA Participações de Investimentos Ltda. (b)	14.882	14.882	14.882	14.882
Cia. Industrial e Mercantil de Cimentos S.A. (b)	75.801	75.801	75.801	75.801
Incorporação da Goiás (c)	16.361	16.361	16.361	16.361
Incorporação da Cimento Brumado (c)	59.983	59.983	59.983	59.983
Aquisição de centrais de concreto (c)	8.794	8.794	8.794	8.794
Cofesur S.A.	-	-	3.895	5.715
Recycomb S.A.	-	-	592	867
La Preferida de Olavarría S.A.	-	-	3.603	5.290
Outros	22.858	22.858	22.858	22.858
	<u>301.312</u>	<u>301.312</u>	<u>1.274.986</u>	<u>1.278.768</u>
Total	<u>454.953</u>	<u>457.239</u>	<u>1.443.569</u>	<u>1.453.082</u>

- (a) Refere-se a ágio total pago, podendo ser segregado por atividade, sendo R\$909.580 referentes a cimento e seus derivados (Loma Negra) e R\$56.004 referentes à concessão ferroviária (Ferro-sur), os quais foram amortizados pelas taxas de 12,5% ao ano até 31 de dezembro de 2008.
- (b) Referem-se a ágios pagos na aquisição dessas companhias, que já foram incorporadas pela Companhia. Os ágios foram amortizados pela taxa de 10% ao ano até 31 de dezembro de 2008 e têm como fundamento econômico a expectativa de rentabilidade futura.
- (c) Referem-se à parcela de ágio do acervo líquido decorrente da incorporação da CIMPOR.

Perdas por redução ao valor recuperável do ágio

O valor recuperável das unidades geradoras de caixa é determinado utilizando as projeções dos fluxos de caixa base ao orçamento financeiro de cinco anos aprovado pela Administração da Companhia, trazidos a valor presente pelas respectivas taxas de desconto, sendo que os fluxos de caixa posteriores ao período de cinco anos foram acrescentados com a perpetuidade do negócio. O resultado desta avaliação não resultou em perdas por redução ao valor recuperável em relação aos valores contabilizados.

Segmento	2016			2015		
	Ágio	Taxa de desconto	Taxa de crescimento	Ágio	Taxa de desconto	Taxa de crescimento
Brasil	301.312	10,5%	0,0%	301.312	10,4%	0,0%
Argentina	973.674	16,0%	0,0%	977.456	22,3%	0,0%

As taxas de desconto são calculadas para cada unidade geradora de caixa com base na taxa local livre de risco relevante ajustada pelo prêmio de risco-país, entre outros parâmetros. As taxas de crescimento para os fluxos de caixa foram consideradas como crescimento zero.

A movimentação do intangível é demonstrada como segue:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2014	463.633	1.460.926
Adições	5.300	5.301
Baixas	(325)	(325)
Amortizações	(11.369)	(11.864)
Variação cambial	-	(956)
Saldo em 31 de dezembro de 2015	<u>457.239</u>	<u>1.453.082</u>
Adições	9.724	9.750
Baixas	(14)	(14)
Amortizações	(11.996)	(12.517)
Variação cambial	-	(6.732)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	<u>454.953</u>	<u>1.443.569</u>

## 12. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

### 12.1 Controladora

Modalidade/ Instituição financeira	Encargos	Vencimento até	2016	2015
Moeda nacional:				
Banco do Brasil S.A (a)	Prefixada	Dezembro de 2024	70.889	70.712
Nota de crédito (b)	Percentual do CDI mais prefixada	Fevereiro de 2018	30.316	48.460
FINAME (c)	TJLP mais prefixada	Junho de 2018 a		
BNDES (d)	TJLP mais prefixada	Novembro de 2023	14.435	22.623
BNDES (d)	TJLP mais prefixada ou variável (*)	Junho de 2018	915	1.507
BNDES (d)	TJLP mais prefixada	Setembro de 2029	125.943	133.897
Incentivo Fomentar	Prefixada	Dezembro de 2020	2.120	2.033
Itaú BBA - Fomentar	Prefixada	Dezembro de 2022	15.811	16.197
Bradesco S.A (e)	Percentual do CDI	Junho de 2018	298.725	-
Total			<u>559.154</u>	<u>295.429</u>
Classificados no circulante - juros (apresentados como "Juros a pagar")			6.936	5.112
Classificados no circulante - principal			35.890	37.625
Classificados no não circulante - principal			516.328	252.692

CDI - Certificado de Depósito Interbancário.

TJLP - Taxa de Juros de Longo Prazo.

(\*) Cesta de moedas de Unidade Monetária do BNDES - UMBNDES reajustada trimestralmente, publicada pelo Banco Nacional de Desenvolvimento e Econômico Social - BNDES no Diário Oficial da União.

Para os empréstimos contratados em reais, o intervalo das taxas variáveis e prefixadas está entre 2,5% e 10,0% ao ano.

- (a) Linha de crédito para implantação de fábrica na cidade de Cezarina, Estado de Goiás. Esses empréstimos exigem que a Companhia mantenha o saldo de contas a receber de clientes equivalente a no mínimo 20% do valor da dívida atualizada.
- (b) Financiamento para compra de embalagens de sacos de cimento.
- (c) Os financiamentos destinados à aquisição de imobilizado estão garantidos pelos próprios equipamentos financiados.
- (d) As garantias do financiamento são formadas por: (i) direito de receber todos e quaisquer valores que estejam ou venham a se tornar exigíveis e pendentes de pagamento pelo Poder Concedente, nos termos do contrato de concessão; (ii) direito de vender a parcela da energia elétrica produzida pelo CESTE atribuída à Companhia; e (iii) todos os demais direitos, corpóreos ou incorpóreos, potenciais ou não, que possam ser objeto de penhor de acordo com as normas legais e regulamentares aplicáveis, decorrentes da concessão.
- (e) Em 30 de junho de 2016, a Companhia captou empréstimo no valor de R\$300.000, com vencimento do principal em 28 de junho de 2018 e juros devidos semestralmente, calculados sobre a variação do CDI.

## 12.2 Controladas e total consolidado

Os saldos com instituições financeiras decorrentes de empréstimos e financiamentos obtidos pelas controladas e operadas em conjunto são como segue:

Modalidade	Encargos	Vencimento até	2016	2015
Empréstimos em pesos argentinos (a)	Prefixada	Julho de 2019	201.448	305.044
Empréstimos em Guaranis	Prefixada	Fevereiro de 2017	48.154	39.155
Empréstimos em dólares norte-americanos (US\$):				
BID (b)	LIBOR mais prefixada	Agosto de 2017	155.474	238.669
Industrial and Commercial Bank of China (c)	LIBOR mais prefixada	Junho de 2019	162.805	-
Itaú Unibanco S.A. - NY (d)	LIBOR mais prefixada	Julho de 2019	224.236	220.337
Outros empréstimos em dólares norte-americanos (e)	LIBOR mais prefixada	Agosto de 2021	100.640	173.223
Empréstimos em reais - Brasil (f)	TJLP mais prefixada	Outubro de 2018	<u>13.521</u>	<u>22.466</u>
Total			<u>906.278</u>	<u>998.894</u>
Consolidado				
Classificados no circulante - juros (apresentados como "Juros a pagar")			23.486	27.293
Classificados no circulante - principal			456.089	488.997
Classificados no não circulante - principal			985.857	778.033

Para os empréstimos contratados em reais, o intervalo das taxas variáveis e prefixadas está entre 3,125% e 4,125%.

Para os empréstimos contratados em dólares norte-americanos, o intervalo das taxas variáveis e prefixadas está entre 2,65% e 4,83%.

Para os empréstimos contratados em pesos, o intervalo das taxas variáveis e prefixadas está entre 26,5% e 29,1%.

- (a) Em 25 de junho de 2015, a controlada Loma Negra contratou empréstimo no montante de 160 milhões de pesos argentinos, equivalentes a R\$48 milhões, com vencimentos anuais entre 2016 e 2018, corrigidos pela taxa Badlar mais juros fixos de 4% ao ano. Em dezembro de 2016, o referido empréstimo foi liquidado.

Em 21 de julho de 2015, a controlada Loma Negra contratou empréstimo no montante de 200 milhões de pesos argentinos, respectivamente, equivalentes a R\$60 milhões, a serem pagos em nove parcelas trimestrais, corrigidos pela taxa Badlar mais juros fixos de 4% ao ano.

Em 22 de julho de 2015, a controlada Loma Negra contratou empréstimo no montante de 250 milhões de pesos argentinos, equivalentes a R\$75 milhões, a serem pagos em nove parcelas trimestrais, corrigidos pela taxa Badlar mais juros fixos de 1,65% ao ano.

Em 30 de julho e 11 de agosto de 2015, a controlada Loma Negra, liquidou antecipadamente empréstimo no montante de 291 e 212 milhões de pesos argentinos, respectivamente, equivalentes a R\$107 milhões e R\$80 milhões.

Em 21 de outubro de 2015, a controlada Loma Negra contratou empréstimo no valor de 130 milhões de pesos argentinos, equivalentes a R\$39 milhões, a serem pagos em nove parcelas trimestrais, corrigidos pela taxa Badlar mais juros fixos de 0,5% ao ano.

- (b) Esses contratos exigem o cumprimento de determinadas cláusulas restritivas, em que os índices financeiros são calculados com base no Grupo InterCement ("InterCement Participações S.A. - Consolidado") e a captação está garantida por aval da Companhia. No ano de 2016, a Companhia firmou um aditivo contratual que suspendeu referidas cláusulas, sendo que essa obrigação somente será mensurada com os valores financeiros em 31 de dezembro de 2017. Em 31 de dezembro de 2015, as cláusulas restritivas foram cumpridas.
- (c) Em junho de 2016, a controlada Loma Negra captou empréstimo no montante de U\$50 milhões, equivalentes a R\$171 milhões, a ser pago em 5 parcelas consecutivas, com período de carência de um ano. Os juros serão pagos trimestralmente, corrigidos pela variação da taxa Libor. Esse contrato exige o cumprimento de determinadas cláusulas restritivas de determinado índice financeiro, calculados com base na controlada Loma Negra, calculando a dívida líquida em relação ao EBITDA, anualmente em 31 de dezembro de cada exercício social. Em 31 de dezembro de 2016, as condições restritivas foram atendidas.
- (d) As captações estão garantidas por aval da Companhia e foram realizadas para recompra antecipada de títulos emitidos no mercado internacional ("medium-term notes").
- (e) Esses empréstimos não possuem cláusulas restritivas, e estão garantidos por aval da Companhia.
- (f) Esses contratos exigem o cumprimento de cláusulas restritivas de determinados índices financeiros e/ou impõem certos limites às controladas. Em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, os índices financeiros exigidos foram atendidos, sendo que esse contrato e índice está relacionado a operação em conjunto (BAESA).

### Cronograma de vencimento

Em 31 de dezembro de 2016, as parcelas de longo prazo têm o cronograma de vencimento conforme segue:

<u>Exercício</u>	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
2018	338.224	612.060
2019	23.946	219.640
2020	25.848	25.848
Após 2021	128.310	128.309
Total	<u>516.328</u>	<u>985.857</u>

## 13 DEBÊNTURES

	<u>Encargos anuais</u>	<u>Vencimento final</u>	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
			<u>2016</u>	<u>2015</u>	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Debêntures (a) e (d)	115% da taxa DI	Abril de 2022	1.451.744	1.625.240	1.451.744	1.625.240
Debêntures (b)	115% da taxa DI	Agosto de 2022	1.266.050	1.266.962	1.266.050	1.266.962
Operada em conjunto BAESA (c)	108% da taxa DI	Agosto de 2016	-	-	-	1.591
Gastos com emissão Debêntures em carteira (d)			(3.946)	(6.046)	(3.946)	(6.052)
Total			<u>(7.374)</u>	<u>-</u>	<u>(7.374)</u>	<u>-</u>
			<u>2.706.474</u>	<u>2.886.156</u>	<u>2.706.474</u>	<u>2.887.741</u>
Classificados no circulante - juros (apresentados como "Juros a pagar")			187.580	190.620	187.580	190.620
Classificados no circulante			419.231	-	419.231	1.585
Classificados no não circulante			2.099.663	2.695.536	2.099.663	2.695.536

- (a) Em 14 de março de 2012, a InterCement Brasil S.A. emitiu 150.000 debêntures simples, não conversíveis em ações, nominativas e escriturais, de espécie quirografária, em duas séries, no valor unitário de R\$10,00. Os juros são pagos anual e semestralmente, para a primeira e segunda séries, respectivamente. As referidas debêntures estão garantidas por carta de fiança da Companhia e da InterCement Austria Equity Participation GmbH.

Em 20 de dezembro de 2016, a Companhia efetuou o resgate antecipado de 17.000 debêntures, pelo montante de R\$176.323, mais um prêmio de R\$2.056, o qual foi reconhecido em despesas financeiras.

- (b) Em agosto de 2012, a CIMPOR emitiu 1.200 debêntures simples, não conversíveis em ações, nominativas e escriturais, de espécie quirografária, em duas séries, no valor unitário de R\$1.000,00. As debêntures são remuneradas a 115% da taxa DI e serão pagas anualmente sendo o primeiro pagamento em 2017 e o último na data de vencimento em 21 de agosto de 2022. O saldo a pagar na data da incorporação da CIMPOR foi transferido para a Companhia.
- (c) A operada em conjunto BAESA deliberou em Assembleia junto aos Debenturistas, realizada em 28 de março de 2016, pela liquidação antecipada das debêntures de sua emissão, por conta do rebaixamento na classificação de risco da BAESA, conforme previsto na escritura de emissão das debêntures.
- (d) Em 23 de dezembro de 2016, a Companhia efetuou a recompra de 716 debêntures da 2ª emissão, pelo montante de R\$7.206.

### Condições restritivas

Os contratos da controladora exigem o cumprimento de determinadas cláusulas restritivas, em que os índices financeiros são calculados com base no Grupo InterCement ("InterCement Participações S.A. - Consolidado") e a captação está garantida por aval da Companhia. No ano de 2016, a Companhia firmou um aditivo contratual que suspendeu referidas cláusulas, sendo que essa obrigação somente será mensurada com os valores financeiros em 31 de dezembro de 2017. Em 31 de dezembro de 2015, as cláusulas restritivas foram cumpridas.

### Cronograma de vencimento

Em 31 de dezembro de 2016, as parcelas de longo prazo têm o cronograma de vencimento conforme segue:

<u>Exercício</u>	<u>Controladora e Consolidado</u>
2018	421.666
2019	421.666
2020	421.666
2021	421.666
Após 2021	415.703
Total	2.102.367
(-) Amortização dos gastos com emissão	(2.704)
Total	<u>2.099.663</u>

## 14 PROVISÃO PARA RISCOS TRIBUTÁRIOS, CÍVEIS E TRABALHISTAS

A Companhia e suas controladas estão sujeitas a riscos tributários, cíveis, trabalhistas e outros. Em bases periódicas, as respectivas Administrações revisam o quadro de riscos conhecidos, avaliam as chances de perdas prováveis e ajustam as provisões, considerando a opinião de seus assessores jurídicos e os demais dados disponíveis no fim de cada exercício.

A provisão para riscos é composta como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Trabalhistas e previdenciários	32.371	38.143	38.386	44.145
Tributários (a)	17.191	17.493	18.869	20.111
Cíveis e outros (b)	12.412	10.404	17.327	18.080
	61.974	66.040	74.582	82.336
Depósitos judiciais (c)	(9.889)	(13.797)	(9.889)	(13.797)
Total	52.085	52.243	64.693	68.539

- (a) Na controladora, referem-se substancialmente a autos de infração fiscal e ações judiciais relacionadas a: (i) discussão da base de cálculo do ICMS devido por substituição tributária sobre transferência de mercadorias entre estabelecimentos; (ii) discussão sobre a regularidade na compensação de débitos da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS com créditos do Fundo de Investimento Social - FINSOCIAL, autorizada judicialmente; (iii) multa da Superintendência Nacional de Abastecimento e Preços - SUNAB - discussão sobre o auto de infração decorrente da alegação de infringência ao disposto nas Leis nº 7.784/89, nº 8.035/90 e nº 8.178/91; e (iv) discussão sobre a insuficiência de recolhimento de Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ, relacionada à exigência de correção monetária sobre empréstimo compulsório à Eletrobrás, no exercício de 1982, ano-base 1981.
- (b) Na controladora e no consolidado, refere-se principalmente a reclamações relacionadas a ações indenizatórias.
- (c) A Companhia e suas controladas possuem depósitos judiciais atrelados à provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas, conforme segue:

	Controladora e Consolidado	
	2016	2015
Trabalhistas e previdenciários	8.007	12.003
Tributários	1.708	1.635
Cíveis e outras	174	159
Total	9.889	13.797

#### Contingências possíveis

Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia e suas controladas possuem exposição de R\$2.830.892 (R\$2.213.309 em 31 de dezembro de 2015), sendo R\$24.223 de contingências trabalhistas (R\$34.691 em 31 de dezembro de 2015), R\$1.986.446 de contingências tributárias (R\$1.511.193 em 31 de dezembro de 2015), R\$ 802.557 de contingências cíveis (R\$656.520 em 31 de dezembro de 2015) e R\$17.666 de processos administrativos de outras naturezas (R\$10.905 em 31 de dezembro de 2015), cuja probabilidade de perda foi considerada possível, conforme opinião dos assessores jurídicos.



Outros

A Companhia e outras empresas do setor foram partes em processos administrativos relativos a aspectos de defesa da concorrência, que tramitaram perante o Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE. Em julho de 2015, o Tribunal do CADE julgou o recurso administrativo apresentado pela Companhia no processo iniciado pelas autoridades de concorrência em 2007 (bem como para as demais empresas envolvidas), mantendo a decisão de condenação pela formação de cartel e aplicação de multa pecuniária, além de outras penalidades acessórias. A multa aplicada a Companhia em 31 de dezembro de 2016 corresponde a R\$635.190 (considerando R\$284.559 para a InterCement e R\$350.631 CCB Cimpor), ficando a Companhia obrigada a alienar 20% da sua capacidade instalada dos ativos de concreto nos mercados relevantes brasileiros em que atua, entre outras penalidades acessórias.

Tendo-se tornado definitiva no âmbito administrativo do CADE a referida decisão, o Grupo recorreu judicialmente, tendo obtido, em 22 de outubro de 2015, mediante a apresentação de garantias reais (duas fábricas no Brasil), a concessão da tutela antecipada requerida, para suspender todas as penalidades impostas pelo CADE até o julgamento do mérito da causa. Contra a referida decisão de antecipação de tutela, o CADE apresentou recurso de Agravo de Instrumento, pendente de julgamento pelo Tribunal Regional Federal da 1ª Região. Em 15 de junho 2016, o Desembargador Relator do referido recurso de Agravo de Instrumento indeferiu o pedido de tutela antecipada recursal formulado pelo CADE.

Considerando a opinião dos seus assessores jurídicos, de que a probabilidade perda na esfera judicial é classificada como possível, não foi constituída provisão para este passivo contingente em 31 de dezembro de 2016 e 2015.

A movimentação das provisões para riscos é como segue:

	Controladora				Total
	Trabalhistas e previdenciários	Tributários	Cíveis e outros	Depósitos judiciais	
Saldo em 31 de dezembro de 2014	35.667	16.896	8.443	(14.058)	46.948
Constituição/depósito	1.425	-	217	(1.559)	83
Pagamento	(579)	-	(944)	3.582	2.059
Reversão	-	(497)	(153)	-	(650)
Atualização	1.630	1.094	2.841	(1.762)	3.803
Saldo em 31 de dezembro de 2015	38.143	17.493	10.404	(13.797)	52.243
Constituição/depósito	8.868	1.778	2.495	(4.332)	8.809
Pagamento	(12.630)	(39)	(162)	10.279	(2.552)
Reversão	(771)	(1.737)	(2.799)	-	(5.307)
Atualização	(1.239)	(304)	2.474	(2.039)	(1.108)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	32.371	17.191	12.412	(9.889)	52.085

	Consolidado				
	Trabalhistas e previdenciários	Tributários	Cíveis e outros	Depósitos judiciais	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2014	42.236	19.437	14.270	(14.058)	61.885
Constituição/depósito	1.732	37	3.127	(1.559)	3.337
Pagamento	(3.054)	(260)	(4.284)	3.582	(4.016)
Reversão	(457)	(812)	(153)	-	(1.422)
Atualização	3.961	1.872	5.821	(1.762)	9.892
Variação cambial	(273)	(163)	(701)	-	(1.137)
Saldo em 31 de dezembro de 2015	44.145	20.111	18.080	(13.797)	68.539
Constituição/depósito	11.488	2.303	3.142	(4.332)	12.601
Pagamento	(13.595)	(666)	(834)	10.279	(4.816)
Reversão	(1.489)	(2.716)	(4.056)	-	(8.261)
Atualização	41	655	3.375	(2.039)	2.032
Variação cambial	(2.204)	(818)	(2.380)	-	(5.402)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	38.386	18.868	17.328	(9.889)	64.693

## 15 PROVISÃO PARA RECONSTITUIÇÃO AMBIENTAL

A movimentação da provisão para reconstituição ambiental é como segue:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2014	62.736	79.557
Utilização	(1.873)	(1.873)
Atualização	2.542	2.726
Variação cambial	-	(852)
Saldo em 31 de dezembro de 2015	63.405	79.558
Utilização	(3.676)	(5.361)
Atualização	2.809	5.932
Variação cambial	-	(5.334)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	62.538	74.795

## 16 BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

### 16.1. Previdência privada

A Companhia proporciona aos empregados plano de previdência privada, na modalidade de contribuição definida, cujos custos são previsíveis e passíveis de controle e administração, para o qual a Companhia e os empregados contribuem na mesma paridade de valores até o limite de 4% do salário nominal. Para contribuições acima do limite estabelecido, não há contribuição por parte da Companhia. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2016, a Companhia contribuiu com o montante de R\$ 1.634 (R\$1.703 em 31 de dezembro de 2015).

## 16.2. Outros benefícios a empregados

São concedidos, ainda, outros benefícios aos empregados, tais como auxílio-médico, auxílio-alimentação, seguro de vida em grupo, auxílio-acidente de trabalho, auxílio-transporte, treinamentos e outros. O montante referente a tais benefícios em 31 de dezembro de 2016 é de R\$50.363 na controladora (R\$63.617 em 31 de dezembro de 2015) e R\$ 62.123 no consolidado (R\$ 76.509 em 31 de dezembro de 2015).

## 17 PARTES RELACIONADAS

As transações com partes relacionadas referem-se a adiantamentos, contratos de mútuo e vendas e compras de produtos e serviços.

Os saldos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015 são os seguintes:

	Controladora							
	Ativo circulante		Ativo não circulante			Passivo circulante		Adiantamento de clientes e outras obrigações
	Contas a receber	Adiantamentos a fornecedores/ outros créditos	Dividendos a receber	Partes relacionadas	Outros créditos	Fornecedores	Partes relacionadas	
Entidades sob controle comum:								
Construções e Comércio Camargo Corrêa S.A. (b)	149	1.000	-	-	6.300	1.737	-	130
Camargo Correa Infraestrutura S.A.	31	-	-	-	-	-	-	5
Camargo Corrêa Desenvolvimento Imobiliário S.A. (b)	606	-	-	-	-	-	-	1
Cimpor Trading e Inversiones, S.A. (b)	2.926	-	-	-	-	684	-	-
Cimpor Serviços A.G. Empresas S.A. (b)	321	-	-	-	-	5.199	-	-
Cimpor Financial Operations B.V. (d)	-	-	-	-	-	-	429.649	-
Sacopor Sociedade de Embalagens e Sacos de Papel S.A. (b)	-	-	-	-	-	82	-	-
Concessionária de Rodovia Sul-Matogrossense S.A. (b)	255	-	-	-	-	-	-	62
Companhia de Mineração Candiota	-	21	-	-	-	-	-	-
Controladas:								
Loma Negra C.I.A. S.A. (c)	-	34.119	-	-	-	-	24.185	7.182
Yguazu Cimentos S.A. (b)	1.971	-	-	-	-	-	-	-
Barra Grande Participações S.A. (a)	-	-	-	-	-	6.253	-	-
Machadinho Participações S.A. (a)	-	-	-	-	-	-	-	5.464
Controladora:								
Camargo Corrêa S.A.	-	-	-	-	-	15	-	4
Cauê Austria Holding GmbH (f)	-	8.401	-	273.765	-	-	-	-
InterCement Austria Holding GmbH (e)	-	-	-	39.118	-	-	-	-
InterCement Participações S.A.	-	-	-	550	-	-	-	-
Outras	-	109	-	-	-	-	-	-
Total em 2016	<u>6.259</u>	<u>43.650</u>	<u>-</u>	<u>313.433</u>	<u>6.300</u>	<u>13.970</u>	<u>453.834</u>	<u>12.848</u>
Total em 2015	<u>4.721</u>	<u>20.550</u>	<u>16.527</u>	<u>55.464</u>	<u>7.300</u>	<u>11.223</u>	<u>644.715</u>	<u>10.065</u>

	Consolidado						
	Ativo circulante		Ativo não circulante		Passivo circulante		
	Contas a receber	Adiantamentos a fornecedores/ outros créditos	Partes relacionadas	Outros créditos	Fornecedores	Partes relacionadas	Adiantamento de clientes e outras obrigações
Entidades sob controle comum:							
Construções e Comércio Camargo Corrêa S.A. (b)	149	1.000	-	6.300	1.751	-	130
Camargo Correa Infraestrutura S.A.	31		-				5
Camargo Corrêa Desenvolvimento Imobiliário S.A. (b)	606	-	-	-	-	-	1
Cimpor Trading e Inversiones, S.A. (b)	8.321	-	-	-	78.352	-	-
Cimpor Serviços A.G. Empresas S.A. (b)	1.302	-	-	-	8.167	-	-
Cimpor Financial Operations B.V. (d)	-	-	-	-	-	429.649	-
Sacopor Sociedade de Embalagens e Sacos de Papel S.A. (b)	-	-	-	-	82	-	-
Concessionária de Rodovia Sul-Matogrossense S.A (b)	255	-	-	-	-	-	62
Companhia de Mineração Candiota Concret Mix S.A.	1.531	21	-	-	2.553	-	-
Controladora:							
Camargo Corrêa S.A.	-	59	-	-	15	-	4
Cauê Austria Holding GmbH (f)	-	8.401	273.765	-	-	-	-
InterCement Austria Holding GmbH (e)	-	-	39.118	-	-	-	-
InterCement Participações S.A.	-	-	550	-	-	-	-
Outras	597	-	-	-	-	-	-
<b>Total em 2016</b>	<b>12.792</b>	<b>9.481</b>	<b>313.433</b>	<b>6.300</b>	<b>90.920</b>	<b>429.649</b>	<b>202</b>
<b>Total em 2015</b>	<b>4.621</b>	<b>76.257</b>	<b>55.464</b>	<b>7.300</b>	<b>62.480</b>	<b>512.690</b>	<b>215</b>

As transações efetuadas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015 são como segue:

	Controladora		
	Vendas	Compras/ despesas	Receita (despesa) de encargos financeiros
Operação controlada em conjunto-			
BAESA - Energética Barra Grande S.A. (a)	-	(9.840)	-
Entidades sob controle comum:			
Construções e Comércio Camargo Corrêa S.A. (b)	7.211	(18.149)	8
Camargo Corrêa Desenvolvimento Imobiliário S.A. (b)	7.373	(9)	-
Cimpor Trading e Inversiones S.A. (b)	-	(27.421)	7.212
Cimpor Serviços A.G. Empresas S.A. (b)	-	(625)	1.228
Cimpor Financial Operations B.V (d)	-	-	58.529
Concessionária de Rodovia Sul-Matogrossense S.A (b)	15.324	-	-
Viol SPE S.A. (b)	6	-	-
Controlada-			
Loma Negra C.I.A. S.A. (b) e (c)	17.884	(1.769)	18.030
Yguazu Cimentos S.A.	4.999	-	(59)
Machadinho Participações S.A. (a)	-	(4.666)	-
Barra Grande Participações S.A. (a)	-	(44.093)	-
Controladora:			
Participações Morro Vermelho	-	(3.486)	-
InterCement Austria Holding GmbH (e)	-	-	(6.972)
Cauê Austria Holding GmbH (f)	-	-	(10.844)
Outras	314	(730)	(2.683)
Total em 2016	<u>53.111</u>	<u>(110.788)</u>	<u>64.449</u>
Total em 2015	<u>33.843</u>	<u>(175.331)</u>	<u>(225.345)</u>
	Consolidado		
	Vendas	Compras/ despesas	Receita (despesa) de encargos financeiros
Entidades sob controle comum:			
Construções e Comércio Camargo Corrêa S.A. (b)	7.211	(18.149)	8
Camargo Corrêa Desenvolvimento Imobiliário S.A. (b)	7.373	(9)	-
Cimpor Trading S.A. (b)	-	(56.544)	8.758
Cimpor Serviços A.G. Empresas S.A. (b)	-	(2.605)	1.228
Cimpor Financial Operations B.V (d)	-	-	58.529
Concessionária de Rodovia Sul-Matogrossense S.A (b)	15.324	-	-
Viol SPE S.A. (b)	6	-	-
Concret Mix S.A.	-	(25.618)	-
Controladora:			
Participações Morro Vermelho	-	(3.486)	-
InterCement Austria Holding GmbH (e)	-	-	(6.972)
Cauê Austria Holding GmbH (f)	-	-	(10.844)
Outras	314	(1.748)	(2.683)
Total em 2016	<u>30.228</u>	<u>(108.159)</u>	<u>48.024</u>
Total em 2015	<u>33.843</u>	<u>(149.161)</u>	<u>(193.811)</u>

(a) Contrato de compra e venda de energia.

(b) Compra e venda de mercadorias, serviços e ativo imobilizado.

(c) O saldo a receber refere-se a:

- (i) Contas a receber pela venda da controlada Yguazu, no montante de R\$19.115, com vencimento em 29 de julho de 2017. O valor da venda foi de US\$32 milhões, equivalente a R\$108.786, sendo que US\$27 milhões, equivalentes a R\$89.254 foram compensados com passivos detidos pela Companhia com a controlada Loma Negra.
- (ii) Contas a receber pela venda de ativo imobilizado, no montante de R\$15.004, com vencimento até maio de 2017..

O saldo a pagar refere-se a empréstimo de mútuo no montante total de US\$5 milhões, equivalente a R\$19.115, sujeito a juros de 4,7% ao ano, com vencimento do principal e juros em 29 de julho de 2017.

- (d) Empréstimo de mútuo no montante total de US\$131 milhões, sujeito LIBOR mais juros entre 4,05% e 5,85% ao ano, com vencimento semestral de juros e vencimento do principal em 18 de fevereiro de 2021 e 25 de julho de 2024.
- (e) Valor a receber da controladora InterCement Austria Holding GmbH, decorrente da venda parcial da controlada Yguazu para os acionistas minoritários no exercício findo em 31 de dezembro de 2015, conforme mencionada na nota explicativa nº 1(f). Os acionistas minoritários da Yguazu efetuaram um adiantamento para a InterCement Austria Holding GmbH, e não diretamente para a Companhia, no montante de US\$10 milhões.
- (f) Empréstimo de mútuo no montante total de US\$84 milhões, sujeito a LIBOR mais juros de 5,47% ao ano, com vencimento do principal e juros em 15 de dezembro de 2019.

#### Remuneração dos administradores

a) Controladora

Em 30 de março de 2016, o montante da remuneração de curto prazo do Conselho de Administração e dos Diretores Estatutários para o exercício de 2016 foi fixado em até R\$8.030, não incluídos encargos sociais, e acrescido de provisão para férias e benefícios de qualquer natureza, conforme deliberação da Assembleia Geral Extraordinária.

Os montantes referentes à despesa com remuneração do Conselho de Administração e dos Diretores Estatutários nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015 estão demonstrados a seguir:

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Curto prazo:		
Salários, remuneração fixa e outros benefícios (i)	4.375	4.024
Salários, remuneração fixa e outros benefícios (ii)	27	369
Longo prazo (benefícios pós-emprego)-		
Previdência privada	<u>250</u>	<u>220</u>
Total da remuneração (sem encargos sociais)	<u>4.652</u>	<u>4.613</u>
Encargos sociais	<u>1.542</u>	<u>1.417</u>
Total da remuneração (com encargos sociais)	<u>6.194</u>	<u>6.030</u>

- (i) Remuneração dos Diretores Estatutários.
- (ii) Remuneração do Conselho de Administração.

## b) Consolidado

O montante pago até 31 de dezembro de 2016 é de R\$20.584, sendo: (i) R\$20.557 referentes a benefícios de curto prazo, como honorários, encargos e outros benefícios; e (ii) R\$27 referentes a benefícios pós-emprego (de longo prazo), principalmente relacionados à previdência privada (R\$22.733 no exercício findo em 31 de dezembro de 2015, sendo R\$22.364 referentes a benefícios de curto prazo, como honorários, encargos e outros benefícios e R\$ 369 referentes a benefícios pós-emprego (de longo prazo), principalmente relacionados à previdência privada).

## 18 PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O capital social em 31 de dezembro de 2016 e de 2015 é representado por 3.943 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal.

Reserva de capital

Refere-se ao resultado da venda de participações societárias sem alteração de controle. De acordo com o ICPC 09 (R2) e a IFRS 10/CPC36, esses efeitos foram reconhecidos como transações entre acionistas e contabilizados diretamente no patrimônio líquido.

Reservas de lucros

Correspondem à retenção de lucros para aplicação em projetos de investimentos, conforme orçamento a ser submetido à aprovação da Assembleia Geral Ordinária e segundo o artigo 194 da Lei nº 6.404/76.

Em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, a Companhia não constituiu reserva de lucros, já que apurou prejuízo no exercício. As reservas de incentivos fiscais dos anos de 2015 e 2016, no montante de R\$43.188, serão constituídas em anos subsequentes, quando a Companhia apurar lucros.

Dividendos

Aos acionistas é assegurado, em cada exercício social, o dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido ajustado em conformidade com o Estatuto da Companhia e a Lei das Sociedades por Ações. Em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, a Companhia não efetuou a destinação dos dividendos mínimos obrigatórios, já que não apurou lucro nos exercícios.

Instrumento patrimonial – Ações preferenciais sobre sociedades de propósito específico

As ações preferenciais das controladas Barra Grande Participações e da Machadinho Participações possuem determinadas características específicas, nomeadamente, em termos de:

- Direito a dividendos prioritários sobre lucros e/ou reservas distribuídas em cada exercício.
- Ausência de direito de voto (exceto quanto a matérias específicas estabelecidas nos correspondentes estatutos);
- Prioridade relativamente às ações ordinárias em caso de liquidação;
- Podem ser convertidas em ações ordinárias (direito de conversão) nos termos dos estatutos; e
- Não participação em futuros aumentos de capital.



Os termos dos contratos celebrados estabelecem ainda um conjunto de premissas que regulam os termos de um eventual desinvestimento por parte do comprador, incluindo mecanismos tendentes a assegurar uma rentabilidade mínima, bem como direitos de conversão das ações preferências em ações ordinárias.

Considerando todas essas características, atendendo ao disposto na IAS 32, os referidos instrumentos (quer da Barra Grande, quer da Machadinho) adquirem características de instrumento patrimonial e instrumento financeiro, na medida em que os mesmos incorporam simultaneamente componentes enquadráveis como instrumento de capital e instrumento financeiro (ativo ou passivo financeiro). Assim, esses componentes foram mensurados e reconhecidos separadamente nas demonstrações financeiras conforme segue:

- (a) A contribuição inicial recebida em contrapartida da venda das ações preferenciais foi classificada como instrumento patrimonial, uma vez que, nos termos estabelecidos, não existe obrigação de recompra dessas ações (obrigação de entregar dinheiro ou outro ativo financeiro), bem como são estabelecidas igualmente cláusulas de conversibilidade em ações ordinárias (por opção dos detentores dessas ações) e seus respectivos dividendos;
- (b) Existem também cláusulas contratuais referente a opções de retorno de rentabilidade mínima e eventual cobertura de uma desvalorização significativa dos investimentos nas entidades que emitiram esses instrumentos em um período de até sete anos ou pela opção de saída por parte dos detentores das ações preferenciais, nas condições estabelecidas nos contratos. Essas opções geram valores de perda ou ganho para a Companhia e foram classificados como instrumentos financeiros derivativos e mensurados pelo seu justo valor na data de cada demonstração financeira.

## 19 IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(472.223)	(180.556)	(375.680)	(97.510)
Alíquotas (15% para imposto de renda mais adicional de 10% e 9% para contribuição social)	34%	34%	34%	34%
Despesa de imposto de renda e contribuição social às alíquotas nominais	160.556	61.389	127.731	33.153
Ajustes para apuração do imposto de renda e da contribuição social efetivos:				
Equivalência patrimonial	38.714	42.705	(199)	5.374
Adições (exclusões) permanentes, líquidas	(5.557)	(4.721)	(4.398)	(4.722)
Compensação de prejuízo fiscal	-	-	-	-
Diferença de alíquotas para resultado no exterior	-	-	5.039	(23.063)
Juros sobre o capital próprio, líquidos	-	-	-	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos não constituídos	-	-	(1.723)	(6.240)
Outros	(4.458)	(1.321)	784	1.100
Despesa de imposto de renda e contribuição social	<u>189.255</u>	<u>98.052</u>	<u>127.234</u>	<u>5.602</u>

Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos foram constituídos sobre saldos de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social e diferenças temporárias os livros fiscais e societários, até o limite considerado passível de realização.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são compostos como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
No ativo:				
Prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social (a)	164.749	118.912	164.749	118.924
Riscos tributários, cíveis e trabalhistas	21.220	23.356	25.744	29.048
Provisão para reconstrução ambiental	19.430	19.364	19.430	19.364
Programa de Integração Social - PIS e COFINS sobre receitas financeiras e outras receitas não operacionais (impostos parcelados)	27.913	24.971	27.913	24.971
Provisões para participação nos lucros	8.702	2.258	8.702	2.258
Provisões para serviços de terceiros	6.794	9.072	6.794	9.625
Provisão para devedores duvidosos	10.167	10.848	10.984	10.848
Outras provisões para perdas	8.198	-	8.198	-
Varição cambial tributada pelo regime de caixa	41.001	93.254	41.001	93.254
Instrumentos financeiros derivativos	5.177	-	5.177	-
Outras provisões temporárias	21.201	(2.203)	26.107	2.930
<b>Total - ativo</b>	<b>334.552</b>	<b>299.832</b>	<b>344.799</b>	<b>311.222</b>
No passivo:				
Amortização de ágio (rentabilidade futura)	427.227	420.522	427.227	420.522
Avaliação da vida útil do imobilizado (b)	88.843	86.914	146.331	161.494
Ajuste a valor presente - dívida Banco Itaú - Fomentar	4.514	5.359	4.514	5.359
Outras	26.850	28.493	39.831	50.893
<b>Total - passivo</b>	<b>547.434</b>	<b>541.288</b>	<b>617.903</b>	<b>638.268</b>
<b>Total líquido classificado no passivo não circulante</b>	<b>212.882</b>	<b>241.456</b>	<b>273.104</b>	<b>327.046</b>

- (a) Em 31 de dezembro de 2016, considerando a expectativa da administração, a realização do prejuízo fiscal majoritário ocorrerá somente após 2020, o que depende de resultados de impostos rentáveis para cada jurisdição tributária e da confirmação das premissas utilizadas na projeção do fluxo de caixa.
- (b) Conforme mencionado na nota explicativa nº 3, a Companhia revisou a vida útil estimada dos bens do imobilizado e do intangível, gerando disparidade entre a taxa de depreciação contábil e a fiscal. Para fins fiscais, as referidas taxas continuarão seguindo o disposto na legislação fiscal.

## 20 RECEITA LÍQUIDA

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Venda de produtos	2.630.398	3.457.014	5.115.549	6.498.884
Serviços prestados	168.640	522.917	326.102	696.011
Impostos sobre vendas	(757.384)	(960.602)	(814.144)	(1.029.476)
Abatimentos/descontos	(21.880)	(26.377)	(139.156)	(187.483)
<b>Total</b>	<b>2.019.774</b>	<b>2.992.952</b>	<b>4.488.351</b>	<b>5.977.936</b>

Na controladora, os impostos sobre vendas são compostos por impostos federais, estaduais e municipais, como Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI, ICMS, PIS, COFINS e Imposto Sobre Serviços - ISS. No consolidado, incluem também o Imposto sobre Valor Agregado - IVA.

## 21 INFORMAÇÕES SOBRE A NATUREZA DE CUSTOS E DESPESAS NA DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

A Companhia apresentou a demonstração do resultado utilizando uma classificação das despesas com base em sua função. As informações sobre a natureza dessas despesas são apresentadas a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Depreciação e amortização	(263.667)	(238.464)	(424.238)	(409.148)
Salários e benefícios a empregados	(288.526)	(336.774)	(748.375)	(855.215)
Matérias-primas e materiais de uso e consumo	(501.683)	(920.713)	(774.805)	(1.350.314)
Despesas tributárias	(2.527)	(13.877)	(44.681)	(63.484)
Serviços de terceiros	(175.524)	(203.444)	(385.737)	(431.349)
Despesas com aluguel	(60.214)	(82.944)	(65.623)	(91.223)
Despesas com frete	(225.724)	(286.498)	(402.366)	(526.233)
Despesas com manutenção	(106.964)	(128.050)	(305.314)	(343.226)
Despesas com combustível	(240.909)	(326.564)	(517.704)	(665.403)
Despesas com eletricidade	(190.243)	(189.417)	(313.916)	(330.606)
Reversão (constituição) de provisão para riscos	(7.833)	(992)	(7.753)	2.992
Ganho na venda de ativo imobilizado e intangível (a)	39.476	94.902	46.786	96.398
Outras receitas (despesas)	(121.558)	(55.457)	(162.497)	(131.674)
<b>Total</b>	<b>(2.145.896)</b>	<b>(2.688.292)</b>	<b>(4.106.223)</b>	<b>(5.098.485)</b>
Custo das vendas e dos serviços	(1.770.228)	(2.273.603)	(3.576.030)	(4.520.744)
Despesas administrativas e comerciais	(420.028)	(502.441)	(601.000)	(704.964)
Outras receitas operacionais	44.360	87.752	70.807	127.223
<b>Total</b>	<b>(2.145.896)</b>	<b>(2.688.292)</b>	<b>(4.106.223)</b>	<b>(5.098.485)</b>

(a) Em 2016, refere-se substancialmente a vendas de 3 centrais de concreto, localizadas nas cidades de Presidente Prudente, Araçatuba, e Marília, no montante de R\$ 6.912, de terreno localizado na cidade de Bodoquena, no montante de R\$ 2.273, e de 7 lotes de betoneiras no montante de R\$ 27.398.

Em 2015, refere-se substancialmente a: (i) a venda da pedreira de Barueri e Guarulhos, no montante de R\$ 75.183.

Em 23 de outubro de 2015, a Companhia adquiriu da empresa Participações Morro Vermelho S.A. (parte relacionada) um terreno localizado na cidade de Guarulhos no valor de R\$1.000, o qual foi alienado em 18 de dezembro de 2015 pelo montante de R\$9.000 à empresa Construções e Comércio Camargo Corrêa S.A. (parte relacionada).

## 22 RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Variação cambial:				
Receita com variação cambial	177.402	52.801	211.399	15.433
Despesa com variação cambial	<u>(163.899)</u>	<u>(323.133)</u>	<u>(253.729)</u>	<u>(431.379)</u>
Total	<u>13.503</u>	<u>(270.332)</u>	<u>(42.330)</u>	<u>(415.946)</u>
Receitas financeiras:				
Varição monetária	31.436	17.284	31.466	17.300
Rendimento financeiro	62.154	56.892	65.803	60.481
Juros ativos	6.947	10.290	6.955	18.248
Instrumentos financeiros derivativos (*)	689	79.585	689	79.585
PIS e COFINS	(5.017)	-	(5.032)	-
Outras receitas	2.609	3.167	14.096	6.051
Total	<u>98.818</u>	<u>167.218</u>	<u>113.977</u>	<u>181.665</u>
Despesas financeiras:				
Varição monetária	(23.547)	(16.481)	(28.355)	(20.597)
Despesa com juros e encargos	(512.180)	(452.461)	(665.904)	(619.113)
Despesa de multas	(1.907)	(1.014)	(1.908)	(1.017)
Instrumentos financeiros derivativos (*)	(16.767)	(20.105)	(16.995)	(20.105)
Outras despesas	<u>(17.884)</u>	<u>(17.645)</u>	<u>(115.708)</u>	<u>(97.653)</u>
Total	<u>(572.285)</u>	<u>(507.706)</u>	<u>(828.870)</u>	<u>(758.485)</u>

(\*) Ganhos e perdas reconhecidos sobre instrumentos financeiros derivativos mencionados na nota explicativa nº 27.4.

## 23 COMPROMISSOS

### a) Contratos de arrendamento como arrendatário

Os contratos de arrendamentos operacionais de terrenos no Brasil têm prazos de duração entre cinco e dez anos. A estimativa de pagamentos de aluguel, em valores nominais, é composta por:

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Até 1 ano	39.380	48.555	42.251	51.382
De 1 a 5 anos	56.219	68.209	60.282	75.277
Mais de 5 anos	13.016	15.037	13.016	15.038
Total	<u>108.615</u>	<u>131.801</u>	<u>115.549</u>	<u>141.697</u>

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016, foi reconhecido o montante de R\$59.291 (R\$82.944 em 31 de dezembro de 2015) referente às despesas com operações de arrendamento mercantil operacional.

## b) Contratos de compra

A Companhia possui acordo contratual para aquisição de escória bruta, com vigência até 2021 e correção anual pelo IGP-M, e compra de energia elétrica com vigência até 2020, cuja estimativa de desembolso total, em valores nominais, é conforme segue:

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
2016	-	46.127
2017	42.444	46.127
2018	42.444	46.127
Após 2018	<u>88.425</u>	<u>138.383</u>
Total	<u>173.313</u>	<u>276.764</u>

A controlada Loma Negra também possui acordos contratuais para compra de escória, com vigência até 2022, conforme segue:

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
2016	-	72.786
2017	43.057	73.852
2018	44.087	74.966
Após 2018	<u>100.258</u>	<u>163.183</u>
Total	<u>187.402</u>	<u>384.787</u>

## 24 RESULTADO POR AÇÃO

A seguir está demonstrada a reconciliação do lucro líquido com os valores utilizados para calcular o lucro (prejuízo) líquido por ação básico e diluído:

	Controladora e Consolidado	
	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Numerador básico e diluído-		
Alocação do prejuízo do exercício para os acionistas	(282.968)	(82.504)
Denominador básico e diluído-		
Média ponderada de ações	3.943	3.943
Prejuízo básico/diluído por ação ON (em reais)	(71.764,65)	(20.924,17)

## 25 SEGUROS

A Companhia e suas controladas mantêm política de contratar cobertura de seguros, de forma global, dos bens do imobilizado e estoques sujeitos a riscos de incêndio, roubos, danos materiais, obras civis e riscos de engenharia e lucros cessantes, de acordo com a avaliação da Administração.

## 26 AVAIS E FIANÇAS

A Companhia é garantidora para os seguintes empréstimos captados por suas controladoras e controladas:

- Ao Banco Itaú BBA S.A. Nassau Branch - IBBA em 26 de março de 2012, em decorrência do contrato de empréstimo firmado entre a controladora Cauê Áustria e o IBBA, cujo objeto foi a concessão de crédito no montante de US\$424.000 mil, destinado a usos corporativos gerais.
- Ao Banco do Brasil S.A., London Branch - BB em 17 de fevereiro de 2012, em decorrência do contrato de empréstimo firmado entre a controladora Cauê Áustria e o BB, cujo objeto foi a concessão de crédito no montante de €306.796 mil, destinado a usos corporativos gerais.
- Ao Banco Itaú - Unibanco S.A., New York Branch em 28 de julho de 2008, em decorrência do contrato de empréstimo firmado entre a controlada indireta Loma Negra e o Banco Itaú, cujo objeto foi a concessão de crédito no montante de até US\$55.212 mil; o montante garantido pela Companhia foi de US\$125.000 mil.

Os financiamentos destinados à aquisição de imobilizado (FINAME) estão garantidos pelos próprios equipamentos financiados, no montante de R\$ 31.687.

A Companhia recebeu garantias para os seguintes financiamentos:

- Os destinados à implantação da Usina Hidrelétrica (UHE Estreito - CESTE) estão garantidos por penhor de direitos emergentes da concessão e fiança da Camargo Corrêa S.A., no montante de R\$125.943.

## 27 INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Companhia e suas controladas contratam operações envolvendo instrumentos financeiros, incluindo derivativos, todos registrados em contas patrimoniais, que se destinam a atender às necessidades operacionais e financeiras. São contratados aplicações financeiras, financiamentos, bem como instrumentos financeiros derivativos.

### 27.1 Gestão do risco de capital

A estrutura de capital da Companhia e de suas controladas é formada pelo endividamento líquido (empréstimos deduzidos por caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários circulantes) e pelo patrimônio líquido (que inclui capital emitido, reservas, lucros acumulados e participações não controladoras).

### 27.2 Administração dos riscos financeiros

A Diretoria de Tesouraria Corporativa do Grupo gerencia os riscos financeiros para as subsidiárias integrais, coordenando o acesso aos mercados domésticos e estrangeiros e monitorando e administrando os riscos relacionados às operações, por meio de relatórios internos por grau e relevância, tais como riscos de moeda, taxa de juros, preços, crédito e de liquidez.

## 27.3 Categorias de instrumentos financeiros

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
<u>Ativos financeiros</u>				
Empréstimos e recebíveis:				
Caixa e equivalentes de caixa	411.093	35.805	460.443	92.778
Contas a receber de clientes	148.788	140.573	292.616	319.540
Outros créditos - instrumentos financeiros	-	-	689	25.791
Partes relacionadas	313.433	55.464	313.433	55.464
Mantidos até o vencimento:				
Títulos e valores mobiliários	153.689	79.049	153.844	79.389
Valor justo por meio do resultado:				
Caixa e equivalentes de caixa	189.286	890.615	314.098	981.933
Títulos e valores mobiliários	-	-	2.760	3.081
<u>Passivos financeiros</u>				
Custo amortizado				
Debêntures	2.706.474	2.886.156	2.706.474	2.887.741
Empréstimos e financiamentos	559.154	295.429	1.465.432	1.294.323
Fornecedores	151.442	182.702	567.485	645.446
Partes relacionadas	453.834	644.715	429.649	512.690
Outras obrigações - instrumentos financeiros	16.766	-	16.766	-

## 27.4 Exposição cambial e detalhamento das operações com instrumentos financeiros derivativos

Risco de taxa de câmbio

A Companhia e suas controladas possuem ativos e passivos relevantes em moeda estrangeira, principalmente dólar norte-americano e peso argentino, e seus resultados podem ser significativamente afetados pela variação das taxas de câmbio.

Os principais grupos de contas atrelados à moeda estrangeira estão relacionados a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Ativo:				
Caixa e equivalentes de caixa	400.644	40	431.967	55.569
Dividendos a receber	-	16.527	-	-
Contas a receber	5.218	36	6.971	796
Outros créditos - Partes relacionadas	355.403	54.913	321.283	54.913
Outros créditos	653	20.277	1.046	74.171
Ativo exposto	<u>761.918</u>	<u>91.793</u>	<u>761.267</u>	<u>185.449</u>

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Passivo:				
Juros, empréstimos, financiamentos e debêntures	-	-	643.015	632.228
Mútuo com partes relacionadas	461.016	651.075	429.649	512.690
Fornecedores no exterior	6.565	7.197	29.794	91.914
Passivo exposto	<u>467.581</u>	<u>658.272</u>	<u>1.102.458</u>	<u>1.236.832</u>

Derivativos

Operação	Controladora				Consolidado			
	2016				2016			
	Valor de mercado				Valor de mercado			
	Valor nocional	Posição ativa	Posição passiva	Efeito líquido (a)	Valor nocional	Posição Ativa	Posição passiva	Efeito líquido
Termo de moedas	178.190	-	162.963	(15.227)	178.190	-	162.963	(15.227)
Swap de moedas (b)	-	-	-	-	-	-	-	(466)
NDF (b) e (c)	-	-	-	-	-	-	-	11.870
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(15.227)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(3.824)</u>

Com relação às operações com derivativos, a perda ou o ganho registrado, considerando os valores contábeis e de mercado, está assim demonstrado em 31 de dezembro de 2016:

Operação	Controladora				Consolidado			
	2015				2015			
	Valor de mercado				Valor de mercado			
	Valor nocional	Posição ativa	Posição passiva	Efeito líquido	Valor nocional	Posição ativa	Posição passiva	Efeito líquido
Swap de moedas	-	-	-	(59.480)	837	-	84	(59.426)

(a) Registrado em despesas financeiras.

(b) O saldo é zero, pois a transação foi liquidada antes de 31 de dezembro de 2016.

(c) O derivativo tem por objetivo a proteção do preço de energia elétrica, e portanto foi registrado no custo.

## 27.5 Valores de mercado

Na Companhia e em suas controladas, os empréstimos e financiamentos e outros passivos financeiros classificados como custo amortizado aproximam-se dos valores de mercado, mesmo aqueles contabilizados no não circulante, com exceção das debêntures e do empréstimo com o BID, conforme segue:

	Controladora			
	2016		2015	
	Valor justo	Valor contabilizado	Valor justo	Valor contabilizado
Debêntures	2.689.319	2.706.474	2.849.903	2.886.156



	Consolidado			
	2016		2015	
	Valor justo	Valor contabilizado	Valor justo	Valor contabilizado
Empréstimos	157.535	155.475	390.674	390.537
Debêntures	2.689.319	2.706.474	2.849.903	2.887.741

#### 27.6 Exposição a riscos de taxas de juros

A Companhia e suas controladas estão expostas a taxas de juros flutuantes e a índices inflacionários, principalmente relacionados às variações do IGP-M, do CDI, da LIBOR, do IPCA e da TJLP nos empréstimos e nas debêntures.

As taxas de juros nas aplicações financeiras são, em sua maioria, vinculadas à variação do CDI. Essas posições estão demonstradas a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Ativo:				
CDI	181.250	773.758	188.948	782.619
SELIC	111.003	99.417	113.762	102.920
Total do ativo	<u>292.253</u>	<u>873.175</u>	<u>302.710</u>	<u>885.539</u>
Passivo:				
IGP-M	3.068	3.809	29.270	28.413
CDI	3.106.405	2.934.616	3.106.405	2.936.201
TJLP	141.293	158.027	154.813	180.494
LIBOR	274.868	328.515	879.594	917.186
Total do passivo	<u>3.525.634</u>	<u>3.424.967</u>	<u>4.170.082</u>	<u>4.062.294</u>

#### 27.7 Risco de crédito

Instrumentos financeiros que potencialmente sujeitam a Companhia, suas controladas e controladas em conjunto a concentrações de risco de crédito consistem primariamente de aplicações financeiras e contas a receber. A Companhia e suas controladas mantêm contas-correntes bancárias e aplicações financeiras com instituições financeiras aprovadas pela Administração e somente efetuam transações de venda de produtos de acordo com os critérios de aprovação de crédito desenhados para minimizar os riscos de inadimplência.

## 27.8 Análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros

Em 31 de dezembro de 2016, a análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros das variações de ativos e passivos relevantes em moeda estrangeira da Companhia e de suas controladas e controladas em conjunto e daqueles expostos a variações do IGP-M, do CDI e da TJLP é conforme segue:

Operação	Risco	Controladora			Consolidado		
		Cenários			Cenários		
		1	2	3	1	2	3
<u>Exposição ao risco cambial</u>							
Ativo:							
Caixa e equivalentes de caixa	Valorização do real	33.238	24.929	16.619	35.826	26.870	17.913
Contas a receber de clientes	Valorização do real	433	425	216	615	461	308
Outros créditos - Partes Relacionadas	Valorização do real	29.485	22.113	14.742	26.654	19.990	13.327
Outros créditos	Valorização do real	54	41	27	87	65	43
Passivo:							
Juros, empréstimos e financiamentos	Desvalorização do real	-	-	-	53.345	66.681	80.018
Mútuo com partes relacionadas	Desvalorização do real	38.246	47.808	57.369	35.644	44.555	53.466
Fornecedores no exterior	Desvalorização do real	545	681	817	2.488	3.061	3.633
<u>Exposição a índices variáveis</u>							
Aplicações financeiras:							
CDI	Queda do índice	20.427	15.320	10.213	21.294	15.971	10.647
SELIC	Queda do índice	12.843	9.632	6.421	13.162	9.872	6.581
Empréstimos e debêntures:							
IGP-M	Aumento do índice	200	250	300	1.911	2.389	2.897
CDI	Aumento do índice	350.092	437.615	525.138	350.092	437.615	525.138
LIBOR	Aumento do índice	4.640	5.800	6.960	14.848	18.559	22.271
TJLP	Aumento do índice	10.597	13.246	15.895	11.611	14.514	17.416
IPCA	Aumento do índice	-	-	-	-	-	-

O cenário 1 reflete as expectativas disponibilizadas no mercado financeiro para cálculo dos valores futuros das referidas operações. O cenário 2 considera uma valorização ou desvalorização da moeda brasileira (real - R\$) em relação ao cenário 1, quanto à moeda estrangeira, e índices variáveis, dependendo da natureza do risco, de 25%, e o cenário 3 de 50%, em relação ao cenário 1.

O cenário 1 reflete as melhores expectativas da Administração para os possíveis impactos das transações descritas anteriormente para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

## 28 INFORMAÇÕES ADICIONAIS AOS FLUXOS DE CAIXA

Transações de investimentos e financiamentos que não envolveram caixa:

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2015	2015
Capitalização de juros	3.271	15.649	3.271	15.649
Aquisição de imobilizado sem efeito caixa	-	-	70.376	126.932
Vendas de imobilizado que serão recebidas futuramente	16.376	25.039	16.376	25.039
Aporte de capital com ativos e passivos de consórcio	31.795	-	-	-
Vendas de investimentos que serão recebidas futuramente	-	58.572	-	58.572
Prescrição de dividendos	-	591	-	591
Gastos de anos anteriores com imobilizados sinistrados	-	12.997	-	12.997

## 29 AUTORIZAÇÃO PARA CONCLUSÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 10 de março de 2017, a Administração da Companhia autorizou a conclusão das presentes demonstrações financeiras, estando aprovadas para divulgação.